

ONU

Força-Tarefa de Interagências
sobre Economia Social e Solidária

Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável

Documento de Posicionamento pela
Força-Tarefa de Interagências das
Nações Unidas sobre Economia Social e
Solidária (FTESS)



Copyright © TFSSE. Extratos curtos desta publicação podem ser reproduzidos, se inalterados, sem autorização prévia com a condição de que a fonte seja citada. Para direitos autorais de reprodução ou tradução, por favor contactar TFSSE, Genebra, Suíça. Tais solicitações são bem-vindas.

As convenções utilizadas nas publicações do TFSSE, que são conforme as convenções praticadas pelas Nações Unidas, não refletem quaisquer opiniões da TFSSE relativas ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área; ou das suas autoridades; ou ainda relativas à delimitação de suas fronteiras.

Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável

**Documento de Posicionamento pela Força-Tarefa de
Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e
Solidária (FTESS)**

julho 2014

Índice

Sumário Executivo	iv
Introdução	ix
A Economia Social e Solidária: O Que É e Por Que É Importante	x
1. Transição da Economia Informal para o Trabalho Decente	1
2. Tornar a Economia e a Sociedade mais Verdes	3
3. Desenvolvimento Econômico Local	5
4. Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis	8
5. Bem-estar e Empoderamento das Mulheres	11
6. Segurança Alimentar e Empoderamento dos Pequenos Agricultores	12
7. Cobertura Universal de Saúde	15
8. Finanças Transformadoras	18
Promover a ESS	21
Notas	24

Sumário Executivo

Este documento de posicionamento foi preparado por membros e observadores da Força-Tarefa Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária (FTESS). O documento responde à preocupação com o fato de o processo de elaboração de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 e a definição de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não ter dado atenção suficiente ao papel do que se está tornando cada vez mais conhecido como Economia Social e Solidária (ESS). A ESS refere-se à produção de bens e serviços por um amplo conjunto de organizações e empreendimentos que têm objetivos sociais e, geralmente, ambientais explícitos, e são guiadas por princípios e práticas de cooperação, solidariedade, ética e autogestão democrática. O campo da ESS inclui cooperativas e outras formas de empreendimentos sociais, grupos de autoajuda, organizações comunitárias, associações de trabalhadores da economia informal, ONGs que asseguram a prestação de serviços, iniciativas de finanças solidárias, entre outros.

A Força-Tarefa acredita que a ESS é consideravelmente promissora na resposta aos objetivos econômicos, sociais e ambientais e nas abordagens integradas inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável. Este documento ilustra esse potencial analisando o papel da ESS em áreas temáticas selecionadas que consideramos ser centrais para o desafio do desenvolvimento socialmente sustentável no início do século XXI. Essas áreas são:

i) A transição da economia informal para o trabalho decente

A ESS constitui uma via complementar para combater o crescimento contínuo do emprego precário e os déficits significativos de trabalho decente relacionados com a economia informal. No quadro de um ambiente político e institucional favorável, as cooperativas e outros empreendimentos sociais podem desempenhar um papel fundamental na concretização do objetivo do trabalho decente. De um ponto de vista global, as cooperativas estão entre os maiores empregadores em muitos países, tanto no Norte como no Sul. As organizações da ESS podem facilitar o acesso a financiamento, insumos, tecnologia, serviços de apoio e mercados, e aumentar a capacidade dos produtores para negociar melhores preços e renda. Elas podem reduzir as assimetrias de poder e de informação existentes nos mercados de trabalho e de produtos, e aumentar o nível e a regularidade da renda. Os baixos requisitos de capital necessários para a constituição de certos tipos de cooperativas podem ser benéficos para os trabalhadores informais que procuram envolver-se em atividades empresariais.

ii) Tornar a economia e a sociedade mais verdes

De uma perspectiva de proteção do meio ambiente, do desafio de dissociar o crescimento e os impactos ambientais, e de realizar transições econômicas que são verdes e justas, as organizações da ESS possuem um conjunto de vantagens

fundamentais quando comparadas às empresas convencionais. As organizações da ESS têm um imperativo reduzido, ou mesmo nulo, em externalizar os custos ambientais e sociais ou em incentivar o consumismo como parte das estratégias de maximização do lucro e de concorrência. Estas organizações também têm geralmente pegadas de carbono mais baixas, não só devido aos seus objetivos ambientais, mas também à natureza dos seus sistemas de produção e troca. Além disso, organizações como cooperativas e grupos comunitários florestais podem desempenhar um papel importante na gestão sustentável dos recursos naturais, particularmente em contextos onde estes são comuns.

iii) Desenvolvimento econômico local

A ESS proporciona uma visão de desenvolvimento local que se regenera de forma pró-ativa e desenvolve áreas locais através da geração de emprego, da mobilização de recursos locais, da gestão de risco a nível da comunidade e da retenção e reinvestimento dos excedentes. A ESS pode servir para ampliar a estrutura de uma economia e um mercado de trabalho a nível local e atender às necessidades não satisfeitas oferecendo diversos bens e serviços. Pode construir a confiança e a coesão social, e desempenhar um papel importante na governança local participativa. Os princípios da ESS podem introduzir valor agregado nos setores onde que operam devido à compatibilidade da ESS com os interesses locais e a sua capacidade para prosseguir simultaneamente diversos objetivos.

iv) Cidades e assentamentos humanos sustentáveis

Os empreendimentos sociais e as organizações de base comunitária possuem características com um potencial considerável para ajudar a construir cidades sustentáveis. Elas podem promover metas sociais e ambientais por meio de, por exemplo, serviços de proximidade (incluindo cuidados de saúde, educação e formação), promovendo a cultura local, a agricultura urbana e peri-urbana, a renovação da comunidade, o comércio justo, o acesso a alojamento a preços acessíveis, as energias renováveis, a gestão de resíduos e reciclagem, formas de produção e consumo com baixa emissão de carbono, e uma segurança de subsistência mais abrangente. O seu enraizamento no conhecimento local e a sua estrutura interna democrática oferecem alguns meios para alcançar formas integradas de desenvolvimento urbano sustentável a nível social e político.

v) O bem-estar e o empoderamento das mulheres

As mulheres têm, geralmente, uma forte presença nos empreendimentos e nas organizações da ESS, e assumem papéis de liderança em associações nacionais, regionais e internacionais. O emprego em organizações da ESS pode ser particularmente importante para as mulheres pobres que enfrentam discriminação no mercado de trabalho e conflitos entre trabalho e família. As organizações e os empreendimentos da ESS permitem muitas vezes uma flexibilidade na gestão do tempo, proporcionando oportunidades de trabalho remunerado que podem ser gerenciadas em articulação

com as responsabilidades relacionadas com a prestação não remunerada de cuidados. Além disso, muito do crescimento dos empreendimentos sociais tem sido centrado na prestação de cuidados e outros serviços. Ganhar voz e adquirir habilidades para trabalhar em rede e defender os seus interesses também tem sido essencial para a emancipação das mulheres e o seu empoderamento político, permitindo-lhes renegociar as relações tradicionais de gênero e fazer reivindicações em instituições externas.

vi) Segurança alimentar e empoderamento dos pequenos agricultores

Em todo o mundo, milhões de trabalhadores e produtores rurais estão organizando-se em grupos de autoajuda e cooperativas, auspiciando algo de positivo para o empoderamento dos pequenos agricultores, para a segurança alimentar e para uma noção mais transformadora de soberania alimentar. Ao organizarem-se economicamente em cooperativas agrícolas, e politicamente em associações que podem se envolver no diálogo e na defesa de políticas, as organizações e os empreendimentos da ESS podem abordar tanto as falhas de mercado como as falhas do Estado (nomeadamente, a negligência da agricultura nas últimas décadas). Além disso, a sua tendência para usar métodos de produção com baixos insumos e baixas emissões de carbono, e para respeitar os princípios e as práticas da biodiversidade e da agroecologia é um bom prenúncio para a intensificação da agricultura sustentável. As redes alimentares alternativas associadas ao comércio justo, à compra solidária e ao fornecimento coletivo destacam o papel que a solidariedade pode desempenhar na promoção de sistemas agroalimentares mais equitativos.

vii) Cobertura universal de saúde

As dificuldades na concretização de objetivos internacionais relacionados com a cobertura universal de saúde têm dirigido a atenção para abordagens alternativas que vão além da provisão pública, privada ou de caridade. Esse contexto abriu espaço para as organizações da ESS surgirem como parceiros importantes, tanto na prestação de serviços de saúde como na provisão de seguro de saúde. Vários tipos de organização da ESS estão desempenhando um papel importante no desenvolvimento e fornecimento de soluções localmente acessíveis e econômicas que permitem a melhoria da saúde em áreas como envelhecimento, deficiência, HIV/AIDS, direitos reprodutivos, saúde mental, cuidados pós-trauma, reabilitação e prevenção. Embora a ESS não deva ser entendida como um substituto à prestação de cuidados de saúde pelo Estado, ela encontra-se bem posicionada para desempenhar um papel complementar na prestação desses serviços, dada a proximidade das organizações da ESS junto dos seus membros e das comunidades que servem.

viii) Finanças transformadoras

As crises financeiras, o acesso limitado ao crédito em condições acessíveis por parte das organizações da ESS e a comercialização do microcrédito apontam para a necessidade de transformar os sistemas financeiros. A ESS tem um papel importante

a desempenhar a esse respeito. Grandes cooperativas financeiras tornaram-se importantes fontes de financiamento em várias regiões do mundo e têm provado a sua resiliência em momentos de crise financeira. A ESS promove o financiamento ou investimento responsável reforçando a responsabilidade do investidor sobre os impactos sociais, culturais e ambientais. Uma variedade de esquemas financeiros alternativos, tais como esquemas de poupança de base comunitária e moedas complementares, estão desempenhando um papel importante na gestão de riscos da comunidade e no desenvolvimento local. Apesar de geralmente operarem melhor a nível local e em pequena escala, essas e outras iniciativas da ESS apontam para a possibilidade de criar um ecossistema monetário mais estável e centrado nas pessoas, encarnando uma pluralidade muito maior de moedas e instituições financeiras.

Promover a ESS

A abordagem integrada, centrada nas pessoas e sensível ao planeta inerente à ESS está em harmonia com os desafios de desenvolvimento pós-2015 identificados no processo dos ODS. No entanto, inúmeros constrangimentos e tensões impedem o progresso na realização do potencial da ESS. A nível micro, as organizações da ESS começam geralmente com uma base de ativos muito fraca; as normas fundamentais do trabalho não são por vezes respeitadas e com frequência a presença de mulheres enquanto membros não se reflete nas posições de liderança. Relações mais estreitas com as forças do mercado e as instituições do Estado podem facilitar o acesso a recursos, mas também podem levar as organizações e os empreendimentos da ESS a se desviarem de alguns dos seus valores e objetivos fundamentais.

Tendo em conta estas preocupações e desafios, o que deveriam estar fazendo os governos? É importante que eles reconheçam não só o potencial da ESS, mas também que as organizações e iniciativas envolvidas operam muitas vezes em um ambiente político e jurídico inibidor e em condições de concorrência desiguais em relação às empresas privadas. As tendências associadas à solidariedade e à cooperação no âmbito das organizações da ESS precisam ser acompanhadas pela solidariedade e pela redistribuição através do Estado por meio de políticas sociais, fiscais, de crédito, de investimento, de compras, industriais, de formação e outras, em diferentes níveis de governo. Nos últimos anos, vários governos adotaram reformas significativas no plano jurídico, político e institucional com o objetivo de promover a ESS. Podem ser alcançados muitos resultados com a aprendizagem e o diálogo intergovernamental e entre as várias partes interessadas sobre tais iniciativas. Os formuladores de políticas podem apoiar a geração e disseminação de conhecimentos sobre a ESS, permitindo fazer um mapeamento e uma avaliação das experiências em diferentes regiões.

Um ambiente político favorável também deve reforçar as condições para a salvaguarda da autonomia da ESS em relação aos Estados. Isso requer o respeito

pelos direitos e a liberdade de associação e de informação, bem como canais e fóruns de participação efetiva para os atores da ESS na formulação e implementação de políticas. Além disso, os formuladores de políticas devem refletir sobre as prioridades atuais de desenvolvimento. Estes tendem a se concentrar em promover as empresas convencionais, empoderar os indivíduos através do empreendedorismo e direcionar a ação para os pobres. Um enfoque na ESS sugere a necessidade de também visar e promover grupos, comunidades e coletividades, assim como empreendimentos que dão primazia a objetivos sociais.

No contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015 e do Ano Internacional da Agricultura Familiar de 2014, membros e observadores da Força-Tarefa de Interagências das Nações Unidas sobre ESS sublinham a necessidade de:

- ▶ reconhecer o papel dos empreendimentos e organizações da ESS no desenvolvimento sustentável;
- ▶ promover o conhecimento sobre a ESS e consolidar as redes da ESS; e
- ▶ estabelecer um ambiente institucional e político favorável para a ESS.

Introdução

Este documento de posicionamento foi preparado por membros e observadores da Força-Tarefa de Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária (FTESS – ver Quadro 1). Estamos preocupados que o processo de elaboração de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 e de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tenha dado pouca atenção ao papel dos empreendimentos e das organizações e redes que compõem o que está se tornando cada vez mais conhecido como Economia Social e Solidária (ESS).

A Força-Tarefa acredita que a ESS é consideravelmente promissora na resposta aos objetivos econômicos, sociais e ambientais e nas abordagens integradas inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável. O objetivo deste documento não é o de examinar a forma como a ESS se relaciona com todos os núcleos temáticos identificados no âmbito do processo dos ODS, mas sim ilustrar o potencial da ESS em relação a oito áreas que, acreditamos, são fundamentais para o desafio do desenvolvimento socialmente sustentável no início do século XXI. Estes incluem i) a transição da economia informal para o trabalho decente, ii) tornar a economia e a sociedade mais verdes, iii) o desenvolvimento econômico local, iv) as cidades sustentáveis, v) o bem-estar e o empoderamento das mulheres, vi) a segurança alimentar e o empoderamento dos pequenos agricultores, vii) a cobertura universal de saúde, e viii) as finanças transformadoras. Uma seção final chama a atenção para alguns dos desafios que afetam as possibilidades de realizar o potencial da ESS e reflete sobre as implicações da discussão precedente para a política e a governança.

Quadro 1: Membros e Observadores da FTESS

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa Especial para Pesquisa e Formação em Doenças Tropicais (TDR), Comissão da ONU para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Econômicos e Sociais (UN-DESA), Serviço de Ligação das Nações Unidas com as Organizações Não Governamentais (UN-NGLS), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), ONU Mulheres, Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Mundial da Saúde (OMS).

Como observadores da Força-Tarefa estão incluídos: Aliança Cooperativa Internacional (ICA), Encontros do Mont-Blanc (EMB), Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS).

A Economia Social e Solidária: O Que É e Por Que É Importante

As recentes crises financeiras e alimentares, as mudanças climáticas, a pobreza persistente e a desigualdade crescente levaram a um profundo questionamento das estratégias convencionais de crescimento e de desenvolvimento. Existe um reconhecimento crescente que o *business-as-usual* não consegue enfrentar os grandes desafios de desenvolvimento que se colocam na atualidade. Há a necessidade de “uma melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável em todos os níveis” e de reconhecer “as relações existentes entre esses diversos aspectos”.² À medida que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) seguem o seu curso e a atenção se vira para a elaboração de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte da agenda internacional de desenvolvimento pós-2015, este é um momento oportuno para considerar formas de atividade econômica que equilibrem os objetivos econômicos, sociais e ambientais. Além disso, num momento em que os governos estão procurando formas de adaptar a política para melhor lidar com os complexos desafios de desenvolvimento, lições podem ser aprendidas importantes a partir do campo em expansão da ESS. Isso inclui as experiências de milhões de produtores, trabalhadores, cidadãos e comunidades em todo o mundo que buscam melhorar a segurança de subsistência, perceber os seus direitos e transformar os padrões de produção e consumo por meio de formas diversas de cooperação, solidariedade e auto-organização democrática. A ESS dá igualmente ênfase ao lugar da ética na atividade econômica. Muitos governos estão também admitindo a necessidade de democratizar os sistemas econômicos e de governança, reconhecendo os papéis não apenas dos atores públicos e privados, mas também das organizações e instituições comunitárias e coletivas, bem como a importância das parcerias intersetoriais.

A ESS é composta por organizações, empreendimentos e redes de natureza diversa, mas que compartilham características comuns em termos de objetivos de desenvolvimento, formas de organização e valores. Essas características apontam para um modelo de desenvolvimento que contrasta com o da maximização do lucro e com as abordagens geralmente lideradas por corporações que têm prevalecido nas últimas décadas. Ao invés de pressupor que os benefícios do crescimento irão ser redistribuídos (“*trickle down*”), ou depender de redes de segurança para proteger os vulneráveis e de soluções tecnológicas para proteger o ambiente, a ESS busca pró-ativamente mobilizar e redistribuir recursos e excedentes através de formas inclusivas que atendem as necessidades essenciais das pessoas. Além disso, a ESS promove a proteção ambiental e o empoderamento econômico e político dos mais desfavorecidos e outros que se preocupam com a justiça social e ambiental. Embora a rentabilidade seja uma característica de muitos tipos de empreendimento da ESS, os lucros tendem a ser reinvestidos localmente e para fins sociais. E em áreas como o ecoturismo e o comércio justo, eles são frequentemente compatíveis com a preservação e reconstrução do capital natural.

A ESS representa uma abordagem econômica que favorece a descentralização e o desenvolvimento local e é impulsionada por valores éticos como a solidariedade, o comércio justo, a simplicidade voluntária e o *Buen Vivir*.³ É holística, no sentido de que os empreendimentos e as organizações e redes da ESS perseguem simultaneamente uma combinação de objetivos econômicos, sociais, ambientais e emancipatórios. A esfera econômica da ESS proporciona oportunidades, incluindo a criação de emprego, o acesso aos mercados, a prestação de serviços de intermediação financeira e economias de escala. A esfera social oferece melhor proteção, uma vez que é construída em princípios de mutualidade, solidariedade e reciprocidade, e defende uma proteção social e uma redistribuição abrangentes. A esfera ambiental promove a justiça ambiental e procura garantir que a atividade econômica aumenta, em vez de esgotar, o capital natural. O empoderamento não se refere apenas à dimensão econômica, mas também a aspectos políticos. A ESS facilita uma voz e a representação através da auto-organização, da governança participativa e da ação coletiva em vários níveis. Esta abordagem multifacetada distingue a ESS de outras formas de organização e empreendimento social associadas aos setores público, privado e da economia informal.

O campo da ESS inclui normalmente cooperativas, associações mútuas de saúde e de seguros, certos tipos de fundações e ONG prestadoras de serviços, grupos de microfinanças ou de finanças solidárias, grupos de ajuda mútua, organizações de base comunitária, e novas formas de empreendimentos sociais que produzem bens e serviços, atendendo às necessidades não satisfeitas, mobilizando recursos não usados, envolvendo-se na prestação coletiva de serviços e gerenciando recursos comuns. Também inclui organizações de comércio justo e associações de trabalhadores da economia informal. Recentemente, o campo da ESS expandiu-se e passou a incluir empreendimentos e formas de partilha que são possíveis graças a novos recursos e tecnologias digitais, tais como a partilha de carro e o *crowdfunding*.⁴

Diferentes definições de ESS evidenciam diferentes características. A OCDE, por exemplo, salienta que as organizações da ESS se situam entre o mercado e o Estado, embora o seu papel não seja residual. Elas podem ser definidas em função do seu estatuto jurídico (principalmente cooperativas, associações mútuas e outras, e fundações) ou com base em princípios comuns, tais como a primazia dos objetivos sociais sobre o lucro, como é o caso dos empreendimentos sociais.⁵ A RIPESS sublinha o fato de a ESS incluir não apenas organizações e empreendimentos, mas também movimentos de cidadãos orientados para a democratização e transformação da economia. O EMB acrescenta a noção de fins lucrativos limitados e a redistribuição equitativa dos excedentes. A OIT adota uma visão ampla na qual as organizações e os empreendimentos da ESS estão especificamente vocacionadas para a produção de bens, serviços e conhecimentos, prosseguindo ao mesmo tempo objetivos econômicos e sociais e promovendo a solidariedade. As variações na definição ilustram a diversidade de organizações e abordagens que compõem um movimento ainda incipiente da ESS.

Apesar de este movimento abranger diferentes formas e perspectivas organizacionais relativamente às prioridades de desenvolvimento, as suas características comuns se concentram em uma abordagem diretamente relacionada com as cinco mudanças transformacionais identificadas pelo Painel de Alto Nível sobre os ODS, nomeadamente, “não deixar ninguém para trás”, “colocar o desenvolvimento sustentável no centro”, transformação econômica centrada no emprego, participação e boa governança, e uma parceria global que respeita os princípios de “universalidade, equidade, sustentabilidade, solidariedade, direitos humanos, o direito ao desenvolvimento e partilha de responsabilidades de acordo com as capacidades”.⁶

Nos últimos anos, houve uma expansão significativa da ESS em termos da escala das atividades econômicas, bem como do número de pessoas envolvidas e dos tipos de organização de ESS, mesmo em contextos onde não existe um ambiente favorável em matéria de políticas públicas.⁷ Tal crescimento, diversificação e heterogeneidade proporcionam indicações importantes para os formuladores de políticas preocupados com as questões de redução da pobreza, crescimento inclusivo, sustentabilidade e equidade. Na medida em que as crises atuais renovaram o interesse dos formuladores de políticas e do público em geral na ESS, ela não deve ser entendida como algo residual, considerada como uma solução rápida ou um ator de emergência. A ESS fornece soluções inovadoras para os desafios econômicos, sociais e ambientais. Além disso, ela traz para a economia no seu conjunto valores como a solidariedade, equidade e governança democrática⁸, que podem ter um impacto transformador, e não apenas em momentos de crise. A ESS pretende ser um agente completo do crescimento econômico inclusivo e justo e, ao mesmo tempo, promover a coesão social.

Embora a base de evidências relacionadas com o desempenho e a sustentabilidade da ESS esteja ainda pouco desenvolvida, a literatura existente sugere um potencial considerável. As seções seguintes destacam aspectos fundamentais deste potencial, relacionados com oito desafios de desenvolvimento que estão interligados e que, acreditamos, têm uma importância central para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

1. Transição da Economia Informal para o Trabalho Decente⁹

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, a maioria das pessoas em idade ativa encontra trabalho não na economia formal, mas sim na economia informal, muitas vezes em condições de emprego precário e com déficits significativos de trabalho decente. A prevalência do trabalho informal em muitas partes do mundo afeta não só os padrões de vida atuais da população, mas também representa um constrangimento grave que impede as famílias e as unidades econômicas de aumentar a sua produtividade e encontrar um caminho para sair da pobreza.

De acordo com as estimativas mais recentes, o trabalho não-agrícola na economia informal representa 82% do total de empregos no sul da Ásia, 66% na África Subsaariana, 65% no leste e sudeste da Ásia (excluindo a China) e 51% na América Latina. Essas médias ocultam grandes disparidades existentes entre países.¹⁰ Quanto aos trabalhadores jovens, os dados agregados para 20 países indicam que três quartos dos trabalhadores com 15-29 anos de idade estão atualmente envolvidos em emprego informal.¹¹

A economia informal prospera num contexto de fraco desempenho do crescimento em termos de criação de emprego produtivo, levando a uma elevada taxa de desemprego, subemprego, emprego informal e pobreza. Tendo em conta os déficits de trabalho decente na economia informal, sair da informalidade é visto cada vez mais como o principal desafio de desenvolvimento em todas as regiões, sendo considerado central na concretização do trabalho decente enquanto objetivo global de desenvolvimento, e para uma globalização justa. Contudo, os trabalhadores da economia informal apresentam grandes diferenças em termos de renda, situação de emprego, setor econômico, tipo e dimensão da empresa onde que estão empregados, localização, proteção social e proteção no emprego¹². A extensão da cobertura a um conjunto tão heterogêneo de trabalhadores e unidades econômicas requer a implementação de vários instrumentos (coordenados), adaptados às características específicas dos diferentes grupos, às contingências a serem cobertas e ao contexto nacional.¹³

A ESS é consideravelmente promissora nesse sentido, oferecendo um outro meio para combater o emprego vulnerável e fazer a transição da economia informal para a formal em condições de trabalho decente. No quadro de um ambiente político e institucional favorável, a ESS pode desempenhar um papel fundamental na concretização do objetivo do trabalho decente, junto com seus elementos constituintes de geração de emprego, diálogo social e normas do trabalho associadas aos direitos dos trabalhadores e à sua proteção social. A organização dos trabalhadores e produtores da economia informal em várias formas de associação e cooperativas pode desempenhar um papel importante na resolução das falhas de mercado. Essas organizações podem facilitar o acesso a financiamento, informações sobre o mercado, insumos, tecnologia, serviços de apoio e mercados, e aumentar a capacidade dos produtores para negociar

melhores preços e renda. Embora não sejam necessariamente suscetíveis aos setores mais pobres da população,¹⁴ as iniciativas da ESS podem reduzir as assimetrias de poder e de informação nos mercados de trabalho e de produto, e aumentar o nível e a regularidade da renda.¹⁵ Isto é particularmente importante em setores como o alimentar e o agrícola, que enfrentam situações de concorrência e insegurança a nível global. Os baixos requisitos de capital necessários para a constituição de certos tipos de cooperativas podem ser benéficos para os trabalhadores informais que procuram envolver-se em atividades empresariais.¹⁶ De um ponto de vista global, as cooperativas estão entre os maiores empregadores em muitos países do Norte e do Sul. As instituições de microfinança solidária e os grupos de ajuda mútua facilitam muitas vezes o acesso a esses recursos que são essenciais para iniciar e desenvolver atividades de geração de renda.¹⁷

A rápida emergência de novas formas de empreendimento social com atividades diversificadas parece ter gerado um número significativo de empregos em regiões como a Europa e o Leste e Sudeste Asiático, embora os dados sobre a contribuição total das organizações da ESS em termos de geração de emprego para os grupos marginais não estejam ainda disponíveis.¹⁸

Apesar de os salários e as condições de trabalho poderem estar aquém das normas, as organizações da ESS tendem a identificar-se com os princípios do trabalho decente. Estes princípios surgem normalmente de forma natural nas organizações envolvidas no trabalho associativo, que integra tanto a dimensão do trabalho como a dimensão do capital. Através da tomada de decisões participativa e da democracia no local de trabalho, as questões relacionadas com as normas do trabalho e os direitos no trabalho têm com frequência um lugar de destaque nas organizações da ESS. Tais práticas permitem também aos trabalhadores e produtores envolvidos se articularem e defenderem as suas demandas comuns, e canalizá-las para os atores econômicos e as autoridades públicas relevantes. Uma das áreas mais dinâmicas da organização sindical na América Latina e na Ásia – e que facilita a promoção e a defesa dos direitos, e o acesso ao apoio das autoridades públicas a nível municipal e outros – é a que se refere aos trabalhadores por conta própria, incluindo vendedores ambulantes, catadores de materiais recicláveis e trabalhadores domésticos.¹⁹ Tradicionalmente, as pessoas portadoras do vírus HIV e aqueles mais afetados pela epidemia organizaram-se em cooperativas e grupos de apoio para satisfazer as suas necessidades socioeconômicas e para promover a sua dignidade e os direitos de acesso a serviços públicos mais amplos. Da mesma forma, os trabalhadores do sexo na Índia, Brasil, Bangladesh, Mali (e mais recentemente no Quênia) também se organizaram, não apenas para se protegerem do HIV, mas também para promover os seus direitos humanos e necessidades socioeconômicas mais amplas, incluindo os dos seus filhos.²⁰

Quadro 2: ESS e o Mundo do Trabalho

Em todo o mundo, as cooperativas asseguram 100 milhões de empregos (20% mais do que as empresas multinacionais).²¹ Os resultados preliminares do Censo Global sobre Cooperativas do UN-DESA indica que, globalmente, há 761.221 cooperativas e associações mútuas com 813,5 milhões de membros, 6,9 milhões de empregados, US\$ 18,8 trilhões em ativos e US\$ 2,4 trilhões em receita bruta anual.

Na União Europeia, mais de 207 mil cooperativas estavam economicamente ativas em 2009. Elas dão emprego a 4,7 milhões de pessoas e têm 108 milhões de membros. Em 2010, essas organizações empregaram 8,6 milhões de pessoas. Elas representam mais de 4% do PIB e a sua filiação abrange 50% dos cidadãos da União Europeia. Em termos globais, a ESS proporciona 6,53% do emprego remunerado total na União Europeia, ou seja 14,5 milhões de empregos.²²

As fontes de dados nacionais indicam que a economia social está crescendo significativamente em vários países. Por exemplo, o Instituto Nacional de Estatística italiano (ISTAT) aponta uma taxa de crescimento de 28% entre 2001 e 2011 para o setor sem fins lucrativos na Itália.²³

No Brasil, mais de 3 milhões de pessoas trabalham de forma associativa em iniciativas de ESS, de acordo com o segundo censo nacional sobre a ESS realizado em 2014.²⁴ As cooperativas na Argentina, Brasil, Indonésia e Quênia empregam entre 250 mil e 300 mil pessoas em cada país.²⁵

2. Tornar a Economia e a Sociedade mais Verdes

De uma perspectiva de proteção do meio ambiente e do desafio de dissociar o crescimento e os impactos ambientais, as organizações e os empreendimentos da ESS possuem uma série de vantagens fundamentais comparativamente às empresas convencionais. Em primeiro lugar, existe um imperativo reduzido, ou mesmo nulo, em externalizar os custos ambientais como parte de uma estratégia de maximização do lucro. Em segundo lugar, estas organizações tendem a ter pegadas de carbono mais baixas, não só devido aos seus objetivos ambientais, mas também à natureza dos seus sistemas de produção e troca. Em terceiro lugar, existem evidências crescentes que as organizações da ESS, como cooperativas e instituições comunitárias florestais, podem desempenhar um papel importante na gestão sustentável dos recursos naturais, particularmente em contextos onde estes são recursos comuns.²⁶

Apesar de o movimento cooperativo ter surgido muito antes da atual era de consciência ambiental, muitas dessas organizações identificam-se agora com o movimento global da justiça ambiental. O comércio local e o desenvolvimento econômico local, que pela sua própria natureza limitam as emissões, são características proeminentes da ESS. Algumas formas de ESS, em especial o Comércio Justo certificado, incentivam o acesso ao mercado para as cadeias de valor globais, mas promovem explicitamente os princípios e práticas da agroecologia. Na América Latina, a ESS identifica-se com o conceito indígena de *Buen Vivir*, que defende a necessidade de viver em harmonia com os outros e com a natureza.

A ESS tem muito a contribuir para os esforços atuais de promoção da economia verde. Contudo, as transições para a economia verde enfrentam grandes desafios. As abordagens centradas no mercado e lideradas pelas corporações são frequentemente associadas ao processo de mercantilização e atribuição de direitos de propriedade privada a espaços naturais, a soluções tecnológicas e 'lavagem verde' ("*greenwashing*"), e correm o risco de reproduzir a distribuição desigual dos custos e dos benefícios associados com o *business-as-usual*. Além disso, existe a tendência para as políticas de economia verde serem projetadas a partir "de cima", sem contributos suficientes provenientes do conhecimento local e dos atores do desenvolvimento local.²⁷ Por isso, o desafio é promover transições que sejam verdes, inclusivas e justas.²⁸ Atribuir à ESS, e aos atores envolvidos nos processos políticos relacionados, uma posição mais central nas transições para a economia verde é particularmente importante neste contexto.

À medida que a consciência pública sobre as questões ambientais vai crescendo, também os mercados e a demanda de bens e serviços ambientais vai aumentando. As organizações e os empreendimentos da ESS estão bem posicionadas para atender essa demanda através de atividades relacionadas com a recuperação e reciclagem de resíduos e materiais, energias renováveis e produção e serviços associados à agricultura orgânica agroecológica.²⁹ A geração de energia associada ao cooperativismo é um setor vibrante e crescente em países europeus como a Dinamarca, a Alemanha e o Reino Unido e encontra-se já bem consolidada nos Estados Unidos.³⁰

As transições econômicas verdes, justas e inclusivas constituem uma grande oportunidade para a ESS se desenvolver, não apenas como resposta à crise e à insegurança, mas também por razões estruturais. Para enfrentar as alterações climáticas é necessário introduzir melhorias em termos de eficiência energética e reduzir as emissões em uma escala que muito dificilmente seria alcançada por aqueles tipos de economia e de negócios que precisam desenvolver continuamente novos produtos e mercados, e que assentam a sua sobrevivência e concorrência na externalização dos custos sociais e ambientais.³¹ Como as organizações da ESS não são estruturadas dessa forma, mas sim têm por objetivo proporcionar aos membros e às comunidades produtos e serviços, sendo muitas vezes lideradas ou de propriedade das próprias comunidades, elas estão potencialmente bem posicionadas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e da redução da pobreza.³²

Quadro 3: a ESS nas Transições Verdes

No início da primeira década do século XXI, a Índia tinha cerca de 84 mil grupos de Gestão Conjunta da Floresta, envolvendo 8,4 milhões de domicílios e 22,5% da sua área florestal.³³ Em 2013, o Nepal tinha aproximadamente 18 mil Grupos Comunitários de Usuários da Floresta, abrangendo 2,2 milhões de famílias (cerca de 40% do total do país) e 27,4% de sua área florestal.³⁴

No Brasil, as organizações e cooperativas de agricultores têm desempenhado um papel importante na elaboração de uma nova abordagem na produção de biocombustíveis que salvaguarda os interesses dos pequenos agricultores através de um melhor equilíbrio na produção de alimentos e matérias-primas, da melhoria do poder de negociação, do comércio justo e de outros incentivos.³⁵

O mercado de comércio justo certificado a nível mundial atingiu os €4,8 bilhões (US\$ 6,4 bilhões) em 2012 (excluindo as vendas de Comércio Justo nos EUA) e envolveu cerca de 1,3 milhões de trabalhadores e agricultores em 70 países.³⁶

Em 2011 havia mais de 70 cooperativas de energia renovável no Canadá.³⁷

Em 2004, 23% da energia eólica na Dinamarca foi produzida por cooperativas.³⁸ O fato de as comunidades serem as proprietárias foi essencial para o crescimento da capacidade de produção de energia renovável na Dinamarca.³⁹

A Coop Sweden foi nomeada a marca mais sustentável das redes de supermercado suecas e a terceira de todas as marcas suecas.⁴⁰

3. Desenvolvimento Econômico Local

A noção de desenvolvimento econômico local refere-se a um processo de desenvolvimento participativo que envolve intervenientes (“*stakeholders*”) privados, da sociedade civil e públicos engajados em estratégias para criar empregos, renda e capacidade produtiva, baseando uma atividade em uma localidade específica e fazendo uso de recursos locais.⁴¹ O desenvolvimento econômico local e a ESS são vistos como ferramentas complementares, ambos se esforçando para promover a governança participativa, parcerias, empoderamento e inclusão social e econômica.⁴² São particularmente importantes em áreas rurais deprimidas, onde os jovens e outros têm pouco ou nenhum incentivo para participar em atividades agrícolas ou fixar residência a longo prazo.⁴³ O imperativo de promover o desenvolvimento econômico local é evidente em contextos em que grande parte do excedente produzido localmente é desviado e afastado da economia local para empresas que lideram cadeias de valor globais, paraísos fiscais, investimentos especulativos e cidades. Este processo não só afeta a renda local, mas também o potencial de reinvestimento dos excedentes em infraestruturas sociais e econômicas locais.

O desenvolvimento da ESS é significativamente promissor enquanto caminho para o trabalho decente e a sustentabilidade a nível local.⁴⁴ Comparativamente a abordagens tradicionais, a ESS proporciona uma nova visão de desenvolvimento local, tornando a estrutura da economia e do mercado de trabalho local mais abrangente e atendendo às necessidades não satisfeitas com vários bens e serviços. Ela amplia o processo de

desenvolvimento local, levando em consideração as suas diversas dimensões, incluindo a construção da confiança e coesão social. Os princípios da ESS podem introduzir valor agregado nos setores em que opera, devido à compatibilidade da ESS com os interesses locais e à sua capacidade para prosseguir vários objetivos em simultâneo e, dessa forma, apoiar uma estratégia de desenvolvimento multidimensional.⁴⁵

No setor agroalimentar, as iniciativas da ESS como a agricultura urbana, a agricultura apoiada pela comunidade, o abastecimento coletivo proveniente da agricultura familiar em áreas de influência locais, e as feiras e os mercados populares locais, todos assumem o desenvolvimento local como um dos seus objetivos fundamentais. As moedas locais podem facilitar os empreendimentos e os intercâmbios a nível local, bem como aumentar a resiliência, protegendo por exemplo os alimentos da especulação. Além da geração de emprego e da mobilização de recursos, as iniciativas da ESS são também importantes para a gestão do risco a nível da comunidade. Embora não sejam um substituto para a cobertura pública em matéria de segurança social, podem dar proteção contra os efeitos adversos dos diferentes tipos de risco. As organizações e os empreendimentos da ESS relevantes neste sentido incluem grupos informais de seguro mútuo, associações de seguro de saúde, mecanismos de poupança de base comunitária, tais como associações de poupança e crédito rotativo (APCR), moedas complementares, bancos de cereais e de sementes, e provisão de bens públicos e serviços a nível da comunidade. A organização das iniciativas da ESS em redes de solidariedade também pode ajudar a minimizar os riscos.

A ESS pode oferecer um mecanismo útil para ligar as necessidades dos territórios às trajetórias locais e nacionais de desenvolvimento e facilitar os aspectos da boa governança associados a um diálogo político que envolve os cidadãos, as autoridades locais e outros responsáveis políticos. A estrutura interna das iniciativas da ESS, muitas vezes baseada em direitos de voto iguais, permite à população participar no progresso económico e nos processos de diálogo social, melhorando a representatividade, o que é fundamental para o desenvolvimento económico local. Ela não oferece uma panaceia para os desafios do desenvolvimento económico local, mas pode preencher um vazio na sociedade civil e fornecer soluções concretas para os desafios que surgem nos processos associados com o desenvolvimento económico local e a prestação de contas. Por exemplo, as cooperativas financeiras estão posicionadas estrategicamente para facilitar o acesso ao financiamento e valorizar o potencial das empresas locais, promovendo assim as relações não só entre elas, mas também com outros atores e instituições de desenvolvimento.⁴⁶

Os governos locais, e os processos como a descentralização, podem desempenhar um papel fundamental na criação de um ambiente favorável necessário para o desenvolvimento económico local, diversamente através da saúde, educação e outras áreas da política social; de serviços de suporte técnico; da construção de infraestruturas; de contratos públicos; e da facilitação dos mercados de agricultores.⁴⁷

Em vários países latino-americanos e europeus, esses papéis potenciadores são particularmente visíveis. Mas, tal como no palco nacional de decisão política, é essencial que os atores da ESS estejam organizados e sejam capazes de participar efetivamente no diálogo político e nos processos de tomada de decisão. A tomada de decisão democrática e a adesão a critérios sociais e ecológicos conferem aos líderes da ESS um grau de legitimidade para participar na governança local e na construção conjunta de políticas públicas.



© Jordi Vaqué

Quarta reunião da Força-Tarefa sobre Economia Social e Solidária, 3 de abril de 2014, Genebra.

Quadro 4: Conectar a ESS e o Desenvolvimento Econômico Local

Em vários países, a política relativa aos contratos públicos apoia iniciativas da ESS, incentivando os governos locais e as instituições públicas, como escolas ou hospitais, a fazer aquisições junto de produtores locais. Alguns exemplos são o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil, e os Conselhos Alimentares Locais em Ontário, no Canadá, ou na Escócia. Através do projeto de Contratação Pública e Economia Social da OIT, estão em andamento atividades-piloto na província de KwaZulu-Natal para explorar formas de usar os contratos públicos para estimular a economia social na África do Sul.

A comunidade de Almería, na Espanha, transformou a sua economia local em termos econômicos, sociais e de infraestruturas graças ao crescimento baseado nas cooperativas. Através de uma ação coletiva de bancos cooperativos, agricultores e cooperativas agrícolas locais, essa província propensa à seca e que no passado ocupou o lugar mais baixo da classificação do PIB por província da Espanha, se tornou em uma das três melhores províncias nessa classificação no espaço de cinco décadas.⁴⁸

Na região de Provença-Alpes-Côte d'Azur, na França, o governo regional estimula a ESS através de um programa que inclui ferramentas de promoção (um observatório da ESS, um comitê permanente que reúne múltiplos intervenientes para supervisionar o desenvolvimento da ESS na região), ferramentas de avaliação (indicadores sociais e qualitativos) e o desenvolvimento de grupos setoriais.⁴⁹

O governo da Tunísia, com o apoio do Banco Solidário da Tunísia, está implementando uma iniciativa-piloto para erradicar a pobreza e criar emprego através da ESS. A iniciativa envolve a criação de empreendimentos sociais por aqueles que estão desempregados ou marginalizados nas áreas da educação, saúde, habitação, meio ambiente, agricultura, cultura, informação e comunicação. Um sistema de assistência descentralizada dará apoio e fará a coordenação para o desenvolvimento da comunidade e para a democracia participativa, e para facilitar a recolha de dados. O objetivo é criar 8 mil empreendimentos sociais e 34 mil empregos.⁵⁰

O Programa de Finanças Populares do Equador, apoiado pelo Fundo Equatoriano para o Progresso das Pessoas, oferece serviços financeiros alternativos para as populações rurais e semirrurais que não têm acesso ao crédito bancário comercial, de modo a promover o desenvolvimento local através do uso de remessas e poupanças. Foram criadas no total 21 Estruturas Financeiras Locais (EFL) com mais de 30 mil membros, dos quais 55% são mulheres. O modelo tem incentivado a poupança e permitiu a criação e o fortalecimento de microempresas que geram renda e empregos para a comunidade.⁵¹

4. Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis

As cidades são, potencialmente, locais onde o acesso a infraestruturas, serviços e emprego pode permitir aos seres humanos a satisfação das suas necessidades básicas e a realização das suas ambições e aspirações. No entanto, as cidades também podem ser avassaladoras, especialmente quando a prosperidade está ausente ou é distribuída de forma desigual.⁵² O uso ineficiente e o acesso desigual aos serviços públicos desafiam a capacidade das cidades de se tornarem sustentáveis.⁵³ Outros elementos fundamentais do desafio da sustentabilidade associados às cidades são o crime, os resíduos, a poluição e os padrões de produção e consumo com elevadas emissões de carbono; daí a necessidade de criar modelos de desenvolvimento integrantes e sustentáveis para as cidades.

Os empreendimentos sociais e as organizações de base comunitária podem desempenhar um papel fundamental na construção de cidades sustentáveis e de assentamentos humanos em geral. A este respeito, são importantes as atividades que promovem a cultura local, os serviços de proximidade (incluindo cuidados de saúde, educação e formação), a agricultura urbana e peri-urbana,⁵⁴ a renovação da comunidade, o acesso a alojamento e bens comuns a preços acessíveis, as energias renováveis, a gestão de resíduos e reciclagem, formas de produção e consumo com baixas emissões de carbono, e segurança de subsistência mais ampla, entre outras. A ESS pode igualmente promover as ligações mutuamente benéficas entre o meio urbano e o meio rural, por exemplo através de cadeias de valor agrícola e de sistemas alimentares, redes de comércio, transportes e outros serviços.⁵⁵

O enraizamento das organizações e dos empreendimentos da ESS no conhecimento local e a sua estrutura democrática interna oferecem alguns meios para alcançar

formas integradas de desenvolvimento urbano sustentável do ponto de vista social e político.⁵⁶ As organizações comunitárias e os empreendimentos sociais das áreas urbanas podem oferecer aos cidadãos serviços sociais acessíveis sempre que esses serviços não sejam prestados pelos setores público ou privado, como é frequentemente o caso.

As organizações de base são um ponto de partida essencial em qualquer processo de desenvolvimento humano que vise reformular uma cidade.⁵⁷ Em tempos de crise, elas podem contrariar o declínio econômico ou a migração acentuada. É frequente verificar o surgimento de organizações e empreendimentos da ESS, a nível local ou de bairro, que emanam de iniciativas comunitárias que procuram soluções para as necessidades da comunidade. Além disso, essas iniciativas podem também constituir uma fonte de contestação e de defesa para que sejam feitas mudanças nas políticas conducentes à redução da pobreza e das desigualdades em matéria de habitação, infraestruturas e serviços. Mais recentemente, na África, Ásia e América Latina, as organizações e federações de trabalhadores da economia informal têm vindo a expandir-se. Nelas se incluem, por exemplo, moradores de favelas ou cortiços, trabalhadores domiciliares, catadores de materiais recicláveis, vendedores ambulantes e trabalhadores do sexo. Além disso, alguns estão organizando-se globalmente em redes e organizações guarda-chuva (ver Quadro 5). Na Ásia, muitos governos locais contribuem para Fundos de Desenvolvimento Comunitário estabelecidos anteriormente por grupos de poupança que incluem moradores de assentamentos informais. O seu objetivo é financiar a modernização das infraestruturas e os serviços na sua cidade. As cooperativas que operam em zonas urbanas também são ativas em áreas associadas ao fornecimento de água, transporte e habitação, e à organização de trabalhadores da economia informal, como os catadores de materiais recicláveis. Algumas organizações urbanas da ESS realizaram também censos em assentamentos informais e possibilitaram um diálogo eficaz com o governo local.⁵⁸ Na América do Norte e na Europa, as economias comunitárias que valorizam o compromisso ético dos consumidores e dos produtores e as práticas econômicas não-capitalistas, têm desenvolvido iniciativas de apoio que incluem cuidados e serviços de saúde, alfabetização e educação de adultos, agricultura urbana, consumo de alimentos produzidos localmente, fornecimento coletivo de equipamentos domésticos básicos, e renovação urbana.⁵⁹

Os processos e as inovações associadas à descentralização e orçamentação participativa podem desempenhar um papel importante no aumento do apoio das prefeituras às organizações e federações comunitárias urbanas, como parte de uma política mais abrangente de modernização da cidade. Esse apoio pode assumir a forma de ajuda nos esforços de planejamento para a revitalização da cidade, ou de programas executados conjuntamente para melhorar a posse e as infraestruturas das habitações. As atividades das organizações e dos empreendimentos da ESS podem complementar a produção e a prestação de serviços públicos. Essas colaborações têm o impacto positivo de abordar um aspecto profundo de desigualdade, ou seja, a discriminação sofrida por pessoas que vivem em assentamentos informais.⁶⁰ De fato, as políticas definidas em conjunto que

promovem a participação da sociedade civil são vistas como um fator importante no aumento da prosperidade urbana.⁶¹

Quadro 5: A ESS e Cidades e Metrôpoles Sustentáveis

No Reino Unido, a 'Cidade em Transição' é um projeto de base comunitária que procura criar resiliência local em resposta às mudanças climáticas e à escassez de recursos. Este movimento teve início em 2006 e em 2012 havia 353 Cidades em Transição em todo o Reino Unido e 898 a nível internacional. No entanto, as Cidades em Transição enfrentam muitas vezes limitações em termos de capacidades e recursos, condicionando o seu envolvimento efetivo com o governo local, a sua participação em redes mais abrangentes, ou o acesso a financiamento.⁶²

Uma iniciativa comunitária para promover a recuperação econômica e social no sudoeste de Montreal em meados da década de 80 do século XXI difundiu-se nos distritos industriais de Montreal e, em 10 anos, foi reconhecida pela cidade de Montreal como um modelo de desenvolvimento local. Inicialmente, a atenção foi centrada em setores que não tinham cobertura suficiente da parte dos setores público e privado: habitação, serviços de creche, assistência jurídica e integração socioprofissional. Mais tarde, foi alargado para o turismo, o lazer e o meio ambiente. Como resultado, a ESS e as organizações comunitárias atendem as diversas necessidades dos moradores da cidade; até 2008, cerca de 550 organizações da ESS haviam registrado mais de 425 milhões de dólares em vendas e proporcionado 6 mil empregos (6% do emprego total em Montreal).

As organizações e federações de pessoas vivendo em assentamentos informais em 33 países na Ásia, África e América Latina fazem parte da Slum/Shack Dwellers International (SDI), que existe como plataforma global para criar impacto na agenda global para o desenvolvimento urbano.

A StreetNet Internacional Alliance é uma organização de cúpula com mais de 45 organizações de base associativa (sindicatos, cooperativas ou associações) onde se incluem os vendedores de rua, feirantes e vendedores ambulantes. Essas redes estão baseadas principalmente na África, América Latina e Ásia, mas também na Europa e nos Estados Unidos. StreetNet visa promover a troca de conhecimentos, melhores práticas organizacionais e estratégias para a defesa dos seus interesses.

No Brasil, cerca de 500 mil pessoas estão trabalhando na gestão de resíduos e reciclagem. Apesar de essas pessoas serem, na maioria, catadores individuais em empregos informais, 60 mil catadores estão organizados em cooperativas ou associações e têm um emprego formal. A sua renda é mais do dobro da renda dos catadores individuais. Milhares de organizações de catadores, sediadas em mais de 28 países, principalmente na América Latina, Ásia e África, estão livremente agrupadas sob a Aliança Global de Catadores.

Vários esquemas surgiram para melhorar a acessibilidade financeira à habitação urbana para os grupos de renda mais baixa. Esses esquemas incluem, por exemplo, cooperativas de habitação de arrendatários/proprietários, sociedades cooperativas de terras, sociedades de habitação para a propriedade mútua da casa gerenciadas por grandes cooperativas de serviços, e organismos comunitários de conversação das terras (land trusts). Partindo originalmente do movimento land trust em aldeias na Índia, estes organismos espalharam-se nos Estados Unidos e estão surgindo na Austrália, na Bélgica e no Reino Unido. Ao retirar a terra do mercado e colocá-la sob a administração de um land trust comunitário, um dos principais elementos do custo da habitação urbana desaparece, aumentando assim a disponibilidade da habitação para grupos de renda mais baixa. Existem cerca de 250 land trusts comunitários nos Estados Unidos. O interesse por parte de alguns governos locais está crescendo em contextos de déficit fiscal que condicionam os subsídios à habitação pública.⁶³

A cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra experimentou um acentuado crescimento populacional na década de 70 do século XX, levando a um aumento da demanda por um serviço eficiente de água. Em 1979, o governo central aprovou o pedido do serviço autônomo que se ocupava das questões da água para se tornar em uma cooperativa. Desde então, SAGUAPAC tornou-se a maior cooperativa de água urbana do mundo, com 183 mil ligações de água que atendem 1,2 milhões de pessoas, de uma população total de 1,6 milhões.⁶⁴

5. Bem-estar e Empoderamento das Mulheres

Várias iniciativas da ESS procuram mudar o rumo de questões relativas ao bem-estar e empoderamento das mulheres. Muitas vezes, as mulheres constituem o núcleo de uma associação agrícola de ajuda mútua e de grupos de crédito e poupança, bem como de iniciativas comunitárias florestais. Também se verifica que as mulheres estão cada vez mais formando as suas próprias cooperativas e outros empreendimentos sociais, e assumindo papéis de liderança em associações nacionais, regionais e internacionais, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Federação dos Usuários Florestais Comunitários do Nepal e a Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Comércio Justo para os pequenos produtores (CLAC).

O emprego em organizações da ESS pode ser particularmente importante para as mulheres pobres que enfrentam discriminação no mercado de trabalho e conflitos entre trabalho e família.⁶⁵ Além de proporcionarem emprego, as organizações e os empreendimentos da ESS facilitam muitas vezes flexibilidade na gestão do tempo, criando oportunidades de trabalho remunerado que podem ser articuladas com as responsabilidades relacionadas com a prestação não remunerada de cuidados.⁵⁰ Além disso, grande parte do crescimento dos empreendimentos sociais tem sido centrada na prestação de cuidados e outros serviços que têm impacto sobre o bem-estar das mulheres. Retirar a responsabilidade pela prestação de cuidados ao provedor individual e à família, recorrendo a creches da ESS por exemplo, pode facilitar a participação das mulheres na força de trabalho e em outras atividades econômicas. Na verdade, os princípios da economia do cuidado influenciam fortemente várias correntes dentro da ESS. A noção de *Buen Vivir* abraça a importância dos cuidados, tanto para o meio ambiente como para a economia.

Para além dos aspectos de bem-estar social e empoderamento econômico das mulheres, a organização das mulheres em organismos e redes da ESS é importante para a emancipação das mulheres e o seu empoderamento político⁶⁷. Através dessas organizações e desses papéis participativos, as mulheres podem ganhar voz e adquirir habilidades para trabalhar em rede e defender os seus interesses, permitindo-lhes renegociar as relações tradicionais de gênero, bem como acessar e fazer exigências junto de instituições mais poderosas.⁶⁸

Persistem ainda grandes desafios para as cooperativas e outras organizações na concretização da igualdade de gênero. As mulheres estão muitas vezes em desvantagem em termos de bens, educação e formação e podem até nem falar a língua dominante. Tais restrições podem dificultar o acesso aos recursos e mercados necessários para estabelecer, expandir ou manter uma organização. No quadro das cooperativas agrícolas, as mulheres costumam ter uma presença mais numerosa em setores relacionados com bens de primeira necessidade, como frutas, especiarias, cereais e produtos lácteos, em que os requisitos relativos à propriedade das terras

e de investimento de capital são muitas vezes menos onerosos.⁶⁹ Estes setores ocupam geralmente o patamar inferior da cadeia de valor, muitas vezes associados a produtos perecíveis, e de onde resultam receitas baixas. Além disso, as mulheres em organizações da ESS podem ter laços mais fracos para apoiar organizações como uniões de cooperativas, federações e ONG.⁷⁰

Quadro 6: a Participação das Mulheres na ESS

No setor dos seguros cooperativos e mútuos, o número de mulheres em cargos de liderança atinge os 13,6%. Comparativamente, foram registadas 2,6% mulheres nas principais 500 empresas a nível mundial.⁷¹

Existem 100 milhões de trabalhadores domiciliares, principalmente mulheres, no mundo. Metade está localizada no sul da Ásia. Homenet é uma rede intercontinental de organizações de trabalhadores domiciliares, formuladores de políticas e pesquisadores, que promove o seu reconhecimento e bem-estar através de políticas adequadas, segurança social e realização dos direitos económicos e sociais.⁷²

Na Índia, mais de 30 milhões de pessoas (principalmente mulheres) estão organizadas em mais de 2,2 milhões de grupos de autoajuda. Em Kerala, o esquema de erradicação da pobreza Kudumbashree – que visa promover o desenvolvimento económico local, bem como a posição social e as capacidades das mulheres – cresceu ao ponto de envolver quase 4 milhões de mulheres.⁷³ A Associação de Mulheres Trabalhadoras Independentes (Self-Employed Women's Association, SEWA) é uma organização de mulheres trabalhadoras pobres e informais sediada na Índia. Mais de 94% da força de trabalho feminina na Índia é composta por trabalhadoras informais desprotegidas. Em 2012, a SEWA tinha 1,4 milhões de membros pagantes organizados para promover renda, alimentação e segurança social.⁷⁴

Na África Oriental, a participação das mulheres em cooperativas parece estar crescendo em linha com o aumento global do número de membros das cooperativas.⁷⁵

Os centros de primeira infância no Québec que oferecem cuidados às crianças controlados pelos pais e sem fins lucrativos empregam 40 mil pessoas, tornando essa rede o terceiro maior empregador na província.⁷⁶

De acordo com a Confederação Espanhola de Cooperativas de Trabalhadores (COCETA), 49% das pessoas nas cooperativas de trabalhadores são mulheres.

6. Segurança Alimentar e Empoderamento dos Pequenos Agricultores

Os problemas persistentes de insegurança alimentar, nutrição, crises alimentares periódicas e meios de vida precários que afetam grandes segmentos das populações agrícolas e rurais permanecem entre os desafios mais urgentes a resolver no século XXI. A insegurança alimentar no futuro constitui uma questão importante no contexto da migração de jovens das áreas rurais e a projeção do aumento da procura de alimentos é de 70% em relação aos níveis de 2009 até ao ano de 2050.⁷⁷ Dada a dependência inerente das comunidades rurais em relação à natureza enquanto meio de subsistência e fonte de oportunidades de emprego e de comércio no longo prazo, os esforços para melhorar a segurança alimentar e empoderar os pequenos produtores por meio do desenvolvimento de capacidades e da realização dos direitos precisam ser acompanhados por medidas que promovam a agroecologia e preservem a biodiversidade vegetal e animal. Esses e outros princípios, como um maior controle

local e social dos sistemas alimentares e circuitos comerciais mais curtos,⁷⁸ estão no cerne do conceito de soberania alimentar promovido por redes da ESS, como a *Via Campesina* (ver quadro 7). Em um contexto em que os setores industrial e dos serviços estão cada vez mais limitados na sua capacidade para absorver o excedente de mão-de-obra e em que os regimes de comércio e investimentos internacionais podem prejudicar a agricultura doméstica e aspectos fundamentais da soberania alimentar, é imperativo repensar as estratégias de desenvolvimento agrário e rural tomando em consideração o papel da ESS de uma forma mais central.

Em todo o mundo, milhões de trabalhadores e produtores rurais, com frequência mulheres, estão organizando-se em grupos de ajuda mútua e cooperativas, prenunciando algo de positivo para a segurança alimentar e o empoderamento dos pequenos agricultores. Ao se organizarem economicamente em, por exemplo, cooperativas agrícolas, e politicamente em associações que podem envolver-se no diálogo e na defesa de políticas, as organizações e os empreendimentos da ESS conseguem abordar as falhas que estão subjacentes a estes problemas, sejam elas as falhas de mercado (que geralmente se refletem na deterioração dos termos de troca) ou as falhas do Estado (nomeadamente, a negligência da agricultura nas últimas décadas). Além disso, a sua tendência para usar métodos de produção com baixos insumos e baixas emissões de carbono, e para respeitar os princípios e as práticas da biodiversidade é um bom prenúncio para a intensificação da agricultura sustentável. Os agricultores de pequena escala, muitas vezes organizados em algum tipo de cooperativa e praticando a agroecologia, são atores cada vez mais importantes nos sistemas alimentares. Alguns governos, como Butão e Cuba, implementaram leis e programas abrangentes determinando ou promovendo ativamente os aspectos da agroecologia – e que é, como mencionado acima, uma dimensão fundamental do Comércio Justo certificado.

Em muitos países, as cooperativas agrícolas constituem ainda o principal quadro no qual os produtores rurais de alimentos asseguram a sua subsistência. Além de facilitar o acesso a insumos, armazenamento, transporte, mercados e informações de mercado, tecnologia e formação, os agricultores conseguem muitas vezes aumentar o seu poder de negociação e acordar preços melhores quando se unem em grupo.⁷⁹ As cooperativas agrícolas também têm possibilitado a diversificação da produção, a melhoria da produtividade e da qualidade, e o valor agregado através do processamento de produtos primários. E, ao fazerem retornar os excedentes para os seus membros, elas contribuem para o crescimento equitativo.⁸⁰ Outra contribuição importante das cooperativas e organizações de produtores é a sua capacidade de ajudar os pequenos produtores a expressar as suas preocupações e os seus interesses e, em última instância, a aumentar a sua influência nos processos de formulação de políticas.

As cooperativas são importantes na criação de emprego para as comunidades rurais. Elas proporcionam emprego direto, bem como trabalho sazonal e ocasional. No entanto, as cooperativas também possibilitam aos agricultores manter a capacidade de trabalharem por conta própria, uma vez que o fato de serem membros de uma cooperativa e de obterem renda a partir dos seus serviços, permite a muitos destes agricultores continuar com a produção agrícola e contribuir para o desenvolvimento da comunidade rural. O impacto das cooperativas na provisão de renda para as populações rurais gera emprego adicional através de efeitos multiplicadores, nomeadamente ao possibilitarem que outras empresas rurais cresçam e, por sua vez, criem empregos locais.

Outros tipos de organizações e empreendimentos da ESS estão também desempenhando um papel relevante na segurança alimentar e dos meios de vida rural. Os grupos de autoajuda de mulheres em países como a Índia e a Nicarágua tornaram-se formas proeminentes de organização social que visam revitalizar a pequena exploração agrícola. Quando combinadas com inovações tecnológicas adequadas, elas podem produzir ganhos significativos em termos de produção e renda.⁸¹ As cooperativas de mulheres na África e na Índia são responsáveis pela conservação de sementes tradicionais e por atividades de processamento de pequena escala que podem agregar valor e promover o desenvolvimento econômico local. Em numerosos países, organizações comunitárias e empreendimentos sociais prestam serviços para os pobres e necessitados através de cozinhas sociais, bancos de alimentos, cozinhas coletivas e lanchonetes sem fins lucrativos.⁸² A provisão de alimentos não transgênicos e sem pesticidas nas escolas e outros restaurantes públicos (em hospitais e lares para idosos) desempenha um papel na nutrição correta e na saúde (especialmente em países onde as crianças não têm acesso a refeições nutritivas em casa). Os contratos públicos locais que apoiam estas iniciativas constituem um componente da medicina preventiva.

Uma vertente proeminente dentro da ESS inclui o comércio justo e as redes alternativas de alimentos que fazem a ligação entre produtores rurais e consumidores urbanos em condições mais favoráveis em termos de preço e de qualidade dos produtos, e promovem a provisão coletiva de alimentos e a agricultura urbana comunitária, bem como o apoio a projetos comunitários. Na Europa e na América do Norte, tais tendências estão parcialmente relacionadas com mudanças culturais, em que as classes médias estão procurando formas de vida mais corretas em termos ambientais e sociais e centradas na comunidade.⁸³ Nos Estados Unidos, os conselhos alimentares locais que envolvem múltiplos intervenientes têm proliferado em todo o país para promover a segurança alimentar local, a proteção ambiental e a saúde da comunidade.

Quadro 7: A ESS na Agricultura e na Segurança Alimentar

Com receitas que totalizam US\$ 472 bilhões, o setor agrícola e florestal contribuiu com a percentagem mais elevada (28,85%) do volume de negócios das 300 maiores cooperativas do mundo.

Em todo o mundo, a Via Campesina representa cerca de 200 milhões de pequenos e médios produtores agrícolas, trabalhadores agrícolas e pessoas sem-terra. Promove a agricultura sustentável e de pequena escala como um caminho para a soberania alimentar, justiça social e dignidade, e renda decente.⁸⁴

Em vários países africanos, 40 a 60% de todas as cooperativas estão envolvidas na agricultura (OIT COOP, Africa Working Paper nº 7, Dar es Salaam, 2009). Por exemplo, na Etiópia, uma estimativa indica que 900 mil pessoas na agricultura geram parte da sua renda através de cooperativas.⁸⁵

No Egito, aproximadamente 4 milhões de agricultores obtêm renda a partir da venda de produtos agrícolas por meio da sua associação a cooperativas de marketing agrícola.⁸⁶

Na Índia, a maior empresa de marketing alimentar do país, a organização cooperativa Amul, possui 3,1 milhões de produtores membros e um volume anual de negócios de US\$ 2,5 bilhões.⁸⁷

Como estratégia de enfrentamento no contexto da crise econômica na Argentina, a Cooperativa Cauqueva reiniciou a produção de culturas tradicionais andinas. Esta iniciativa permitiu que diferentes gerações de agricultores locais compartilhassem o seu conhecimento e experiência, combinando métodos tradicionais e modernos de produção. Sustentada por empréstimos e doações, a cooperativa tornou-se autossustentável devido ao nicho de mercado que foi capaz de capturar. Essa iniciativa aumentou a renda dos agricultores, aprofundou o capital social e contribuiu para uma nova apreciação da identidade local.⁸⁸

Na Nicarágua, aproximadamente 140 mil mulheres com acesso a pequenos lotes de terra, muitas organizadas em grupos de 50, receberam um pacote de insumos agrícolas e animais como parte do Programa de Produção Alimentar prioritário 'Fome Zero'.⁸⁹

7. Cobertura Universal de Saúde

O acesso universal aos cuidados de saúde e a distribuição equitativa dos recursos para a saúde têm sido os objetivos centrais de um conjunto de iniciativas internacionais de desenvolvimento, desde a declaração de Cuidados Primários de Saúde de Alma-Ata (1978) e sua meta de “Saúde para Todos no Ano 2000” ao debate atual sobre Cobertura Universal de Saúde. As dificuldades na concretização dessas metas têm direcionado a atenção para abordagens alternativas que vão além da provisão pública, privada ou de caridade. A atenção foi dirigida também para a necessidade de abordar não só os problemas de saúde e de prestação de serviços imediatos, mas também os determinantes sociais mais abrangentes relacionados com a saúde.⁹⁰ A ESS tem um papel potencialmente importante a desempenhar nas estratégias globais de saúde para o século XXI.

Em um contexto em que as restrições políticas e de recursos condicionam muitas vezes a provisão pública de cuidados de saúde, as organizações da ESS estão emergindo como parceiros importantes, tanto na prestação de serviços de saúde como em termos de seguro de saúde. Embora qualquer diminuição da responsabilidade do Estado na prestação de cuidados de saúde deva ser vista com precaução, e apesar

de as iniciativas da ESS não deverem ser encaradas como substitutos para a provisão pública de cuidados de saúde, ainda assim as organizações da ESS encontram-se bem posicionadas para desempenhar um papel complementar na prestação de serviços de saúde, dada a sua proximidade aos seus membros e às comunidades que servem. Quando organizadas em empreendimentos sociais e cooperativas, elas também possuem um motivo financeiro para serem eficientes.⁹¹

Vários tipos de organização da ESS, incluindo empreendimentos sociais, podem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento e fornecimento de soluções locais, simples e de baixo custo para proporcionar melhores cuidados de saúde em áreas como o envelhecimento, a deficiência, HIV/AIDS, direitos reprodutivos, saúde mental, cuidados pós-trauma, reabilitação e prevenção.⁹² Os esquemas de comércio justo incluem um prêmio social que pode ir no sentido de apoiar a saúde e outros projetos comunitários. A ESS inclui igualmente práticas médicas tradicionais e indígenas, e a fitoterapia.

Em grande parte da África, as organizações de base comunitária, nomeadamente as mutualidades de saúde (organizadas em redes ou federações), têm crescido substancialmente desde 1990. Elas são muitas vezes o único meio pelo qual os trabalhadores informais conseguem acessar esquemas de seguro de saúde. Na África Ocidental, estão emergindo como atores-chave em várias estratégias nacionais de saúde. As complementaridades entre as iniciativas da ESS na saúde e as políticas públicas têm um potencial considerável para superar a fragmentação entre a formulação de políticas e as soluções ao nível da base, mas é necessária uma maior capacidade administrativa e recursos da parte do Estado, bem como uma estrutura organizacional local e federada coesa.⁹³

A criação de empreendimentos da economia social tem sido uma ferramenta “preventiva” para aumentar a resiliência econômica de determinadas populações e grupos afetados pelo HIV, levando a uma redução da sua vulnerabilidade e ao aumento na sua capacidade de fazer escolhas mais saudáveis. Isso é evidenciado pelos resultados dos projetos implementados junto das populações afetadas ao longo dos corredores de transporte na África Austral.⁹⁴

Além de contribuírem para campanhas de conscientização pública, as cooperativas na África e na América Latina também têm facilitado o acesso a instalações de cuidados médicos para pessoas com o HIV. Por exemplo, elas fornecem serviços de cuidados domiciliares no Quênia, África do Sul, Tanzânia, Lesoto e Suazilândia.⁹⁵ Proporcionam igualmente microsseguros contra doenças e ajudam a proteger contra riscos relacionados com problemas de saúde específicos. Além disso, as cooperativas têm fornecido os meios para a prestação de serviços de saúde, como por exemplo as cooperativas de farmácias no Gana e as clínicas cooperativas no Benin.⁹⁶ Os governos

retiram muitas vezes ensinamentos destas iniciativas da ESS para desenhar políticas públicas de saúde.⁹⁷

A expansão dos serviços locais através da comunidade ou do empreendimento social é uma característica proeminente da expansão da ESS na Europa e América do Norte. Sendo particularmente evidentes em partes da Europa e América do Norte, estes serviços de ‘proximidade’ asseguram a prestação de cuidados para os jovens e os idosos e outros serviços de atendimento domiciliar (por exemplo, limpeza, compra de alimentos, preparação de refeições), respondendo não só às necessidades não satisfeitas, mas também gerando um número significativo de novos empregos.⁹⁸

Há também um interesse crescente no papel dos empreendimentos sociais, não apenas em termos de prestação de serviços e cuidados de saúde, mas também em matéria de pesquisa e desenvolvimento (P&D), tendo em conta o seu duplo potencial: primeiro, enquanto entidades com fins lucrativos, no acesso a múltiplas formas de financiamento; e segundo, como organizações com uma missão social, na canalização de P&D para a pesquisa em resposta às principais preocupações sobre a saúde pública mundial.⁹⁹

Além da prestação de serviços de saúde, as iniciativas da ESS desempenham um papel central na abordagem dos determinantes sociais da saúde, não apenas por meio da sua contribuição para o empoderamento econômico e para a segurança alimentar e dos meios de vida das pessoas e comunidades envolvidas, mas também pela sua capacidade em fazer exigências às autoridades públicas locais e nacionais em relação aos serviços sociais. Considerando os seus múltiplos objetivos sociais e de desenvolvimento, há uma atenção cada vez maior para o papel dos bancos cooperativos em estratégias que visam, simultaneamente, melhorar a saúde e reduzir a pobreza e a desigualdade, assim como apoiar os sistemas financeiros que são menos suscetíveis a crises periódicas.

Quadro 8: A ESS na Prestação de Cuidados de Saúde e nos Esquemas de Seguro de Saúde

As associações mútuas proporcionam cobertura de saúde e proteção social para 170 milhões de pessoas. A Aliança Internacional de Cooperativas de Saúde (International Health Cooperative Alliance) estima que mais de 100 milhões de lares em todo o mundo são atendidos por cooperativas de saúde.¹⁰⁰ As associações mútuas e as cooperativas representam cerca de um quarto do mercado global de seguros.¹⁰¹

No Canadá, a maioria das cooperativas de saúde estão atualmente envolvidas na prestação de cuidados no domicílio. Nos Estados Unidos, várias cooperativas de saúde operam hospitais e clínicas e empregam um grande número de pessoas.¹⁰² As cooperativas de saúde estão entre os tipos de seguro de saúde mais populares junto dos cidadãos norte-americanos.¹⁰³

No Japão, mais de 125 cooperativas médicas servem quase 3 milhões de pacientes.¹⁰⁴ No Sri Lanka, as cooperativas de saúde tiveram início na década de 60 do século XX, sobretudo para prestar serviços aos membros de cooperativas agrícolas e de consumo. Existem agora mais cooperativas de saúde, financiadas através de sociedades cooperativas primárias (que pagam as taxas e depois as recuperam junto dos membros ao longo do tempo) e do Estado. Uma série de cooperativas agrícolas com múltiplos objetivos também implementaram os seus próprios hospitais em áreas rurais.¹⁰⁵

Na África francófona, foram estabelecidos cerca de 336 esquemas de microseguro de saúde com 1,7 milhões de beneficiários. Diversos países em desenvolvimento estão implementando esquemas de microseguros de saúde menos formais; os sistemas informais de assistência mútua e de solidariedade comunitária estão ainda muito difundidos principalmente nos países em desenvolvimento, e estão fornecendo a base para esquemas de proteção social mais formais, como os sistemas de seguro de saúde mútuo que cobrem 155 milhões de pessoas em todo o mundo.¹⁰⁶

No Benin, a federação de cooperativas de poupança e crédito FECECAM está fornecendo serviços financeiros, incluindo microseguros de saúde e de vida a preços acessíveis para mais de 500 mil membros individuais, dos quais 90% vive em áreas rurais.¹⁰⁷

Na região norte do Kilimanjaro, na Tanzânia, uma cooperativa de leite possibilita às mulheres com HIV aumentar a sua renda de modo a suportar os custos do seu tratamento. A cooperativa tem como objetivo empoderar as mulheres rurais, fornecendo serviços de poupança e crédito, e organizando atividades de criação de competências empresariais e de sensibilização para o HIV.¹⁰⁸

Os 98 mil médicos organizados em 376 cooperativas médicas do Brasil do grupo UNIMED prestam serviços de saúde a 12 milhões de brasileiros; na Costa Rica, as cooperativas de saúde cobrem 500 mil cidadãos (15% da população) e a Saludcoop da Colômbia oferece serviços de saúde a 907 mil cidadãos, crescendo em poucos anos para se tornar o maior prestador de serviços de saúde privados do país.¹⁰⁹

8. Finanças Transformadoras

Além da necessidade de reestruturar os padrões de produção, comércio e consumo, é imperativo transformar as finanças. Dois desafios críticos se colocam aqui: primeiro, o de democratizar o acesso ao financiamento para grupos de baixa renda e pequenos produtores e empresas; e segundo, o de transformar os sistemas financeiros para que não fiquem sujeitos a crises periódicas e não façam uma má afetação de capital para os setores associados ao crescimento sem emprego e à exploração de recursos esgotáveis. A ESS pode desempenhar um papel importante em ambos os aspectos.

As organizações e os empreendimentos da ESS enfrentam muitas vezes dificuldades de acesso a financiamento em condições favoráveis. Os seus princípios de funcionamento, baseados em valores relacionados com a ESS, tendem a ser contrários aos das finanças convencionais. Uma vez que as iniciativas da ESS (i) priorizam a busca dos seus objetivos sociais ou ambientais mais que os fins lucrativos, (ii) carecem frequentemente de um estatuto legal, e (iii) incluem membros sem muito capital acumulado, os bancos têm geralmente relutância em conceder empréstimos ou então impõem condições sobre os empréstimos que são incompatíveis com a natureza das iniciativas da ESS. Esta situação, por sua vez, condiciona a capacidade das organizações da ESS em sobreviver, crescer e competir com as empresas convencionais. Mesmo muitas cooperativas bem estabelecidas enfrentam dificuldades

no acesso ao crédito. Desse modo, as organizações de ESS procuram, ou elas mesmas desenvolvem, meios alternativos de financiamento. Ao fazer isso, voltam a incorporar as características de solidariedade e reciprocidade na esfera financeira. O modelo de empreendimento social está adotando cada vez mais formas inovadoras de financiamento híbrido, acessando empréstimos privados e públicos, novas formas de investimento de impacto, subsídios e subvenções estatais e doações privadas, ao mesmo tempo que reinvestem as receitas líquidas para consolidar ou expandir as suas atividades.

A ESS também promove o financiamento ou investimento responsável através do reforço da responsabilidade do investidor em relação ao impacto social, cultural e ambiental das iniciativas financiadas, bem como mecanismos de políticas públicas para melhorar a capacidade dos bancos regionais para apoiar as iniciativas da ESS.

Há preocupações crescentes de que o modelo convencional de microfinanças, centrado na concessão de empréstimos a particulares, se tornou demasiado orientado para o mercado e demasiado focado no crédito para consumo e não nas atividades econômicas, criando em algumas regiões sérios problemas de endividamento. A sua contribuição para a redução da pobreza, o desenvolvimento econômico local e o desenvolvimento sustentável está em questão. No entanto, os esquemas de investimento sem fins lucrativos que restabelecem a conexão entre o microcrédito e os valores de solidariedade estão mais orientados para os retornos sociais do que para os retornos financeiros. Concentrados geralmente no Norte, esses esquemas podem potencialmente contribuir para um maior equilíbrio nas relações entre o Norte e o Sul.

As crises financeiras globais, nacionais e regionais que ocorrem periodicamente têm evidenciado claramente a necessidade de um sistema financeiro construído sobre um modelo menos suscetível a crises e mais capaz de resistir a choques. Vários tipos de organizações de ESS podem desempenhar um papel importante a este respeito. No contexto da crise financeira global, as cooperativas financeiras continuaram prestando serviços bancários aos seus membros, protegendo os empregos e contribuindo para a regeneração das economias locais. A resiliência das cooperativas em tempos de crise é atribuída à sua abordagem de longo prazo em termos de acumulação do capital, à sua capacidade de controle da dívida e à sua ancoragem nas economias locais.¹¹⁰ O seu modelo de governança também é fundamental: tendo em conta que a tomada de decisão participativa e a autogestão são características das cooperativas, os membros estão bem cientes do contexto de crise e da necessidade de proteger o seu capital sem a perda de empregos. Eles podem pensar coletivamente sobre as novas atividades, tomar decisões difíceis que são sentidas como legítimas, estabelecer fundos de apoio e proteger o emprego. Na medida em que a atividade econômica tem impacto sobre a vida da comunidade, os mecanismos baseados na solidariedade entre os habitantes estão implementados para ajudar a ultrapassar as dificuldades (ver agricultura apoiada pela comunidade {*community-supported agriculture*, CSA}, mecanismos de partilha de risco agrícola e pagamentos de solidariedade).

Além do papel estabilizador das cooperativas, existe uma variedade de esquemas de financiamento alternativos. Principalmente no Sul, os esquemas de poupança de base comunitária, como as associações de poupança e crédito rotativo (APCR) e as cooperativas de poupança e crédito (CPC), estão generalizados. Os seus princípios básicos de autonomia e autossuficiência diferem dos sistemas bancários convencionais: eles têm a capacidade de promover a construção da comunidade uma vez que o seu funcionamento assenta na confiança interpessoal, reciprocidade e distribuição simétrica de informações. Estes princípios, juntos, constituem a base do sistema de monitoramento de pares.¹¹¹

Em todo o mundo, os sistemas monetários complementares sugerem que também eles podem ser uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, sendo especialmente eficientes em tempos de instabilidade econômica devido a vários atributos. Em primeiro lugar, uma vez que o seu uso é limitado dentro de um espaço específico, eles podem reforçar o desenvolvimento econômico local e a governança democrática local; segundo, eles podem revitalizar e estimular a produção e a troca; e terceiro, eles podem modificar os valores e as relações sociais. As moedas complementares provaram o seu valor em iniciativas de financiamento lideradas pela comunidade, criando uma comunidade através do uso de moeda, o que gera um comportamento cooperativo, favorece a inclusão social e promove a governança local e participativa.

Esses sistemas oferecem um potencial para reorientar o financiamento para objetivos sociais, contrabalançando a instabilidade monetária e melhorando a resiliência financeira. Costumam operar melhor a nível local e em pequena escala, sendo suscetíveis a falhas quando crescem rapidamente, inclusive devido às dificuldades que enfrentam em manter os elevados níveis de confiança exigidos e em desenvolver uma regulamentação eficaz. Ainda assim, eles apontam para o potencial de criar um ecossistema monetário mais estável e centrado nas pessoas, incorporando uma pluralidade muito maior de moedas e instituições financeiras.

Quadro 9: Finanças Solidárias

A Global Alliance for Banking on Values é uma rede de bancos éticos, com ativos totais superiores a US\$ 60 bilhões e cerca de 10 milhões de clientes em 25 países.

Perto de 100 milhões de adultos na África subsaariana recorrem a métodos de poupança de base comunitária, mas estes métodos são também usados extensivamente na Ásia e na América Latina.¹¹²

Na Guiné, como em outros países, as novas instituições de microcrédito surgiram onde os próprios membros elegem democraticamente a gerência de acordo com o princípio de uma pessoa-um voto. A associação mútua de poupança e crédito da Guiné, MECREPAG, oferece serviços financeiros para 10 mil pessoas. Em apenas poucos anos, a associação expandiu a sua cobertura local de modo a abranger quase todo o litoral, com seis cooperativas de poupança e crédito.¹¹³

Na Tanzânia, o número de membros da cooperativa de poupança e crédito das mulheres mais do que quadruplicou desde 2005, aumentando para mais de 375 mil membros em 2010, e elevando a proporção de mulheres membros da SACCO para mais de 43%.¹¹⁴

Existem cerca de 5 mil sistemas de moedas complementares em todo o mundo.

No Brasil, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) envolvem agora mais de uma centena de esquemas de desenvolvimento local que oferecem uma diversidade de instrumentos financeiros, tais como o microcrédito e a moeda social. Graças a parcerias com bancos públicos, os BCD estão aumentando o seu capital e têm condições para incrementar as suas atividades.¹¹⁵

Promover a ESS

Esta revisão do potencial papel da ESS em abordar vários dos principais desafios de desenvolvimento da atualidade, sugere que os formuladores de políticas em organizações governamentais e intergovernamentais devem prestar muito mais atenção a formas de atividade econômica que são inerentemente inclusivas e holísticas. Este tipo de abordagem ressoa com os desafios mais abrangentes pós-2015 de (i) uma melhor integração dos objetivos econômicos, sociais e ambientais, (ii) redução da pobreza, trabalho decente, igualdade de gênero e desenvolvimento equitativo, (iii) abordar as causas estruturais da crise global relacionadas com as finanças, os alimentos e a energia, e (iv) criar resiliência para enfrentar as crises e os choques externos. De fato, esse potencial relaciona-se diretamente com as cinco mudanças transformativas, referidas na introdução, que foram identificadas pelo Painel de Alto Nível sobre os ODS, bem como com as muitas das 16 áreas de foco identificadas pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre os ODS.¹¹⁶

Mas inúmeros dificuldades e tensões podem ainda impedir o progresso a este respeito.¹¹⁷ Os empreendimentos e as organizações e redes da ESS começam geralmente com uma base de ativos muito fraca, o que compromete a sua consolidação e sustentabilidade. As normas fundamentais do trabalho poderão não ser respeitadas em alguns empreendimentos e organizações da ESS. Dentro das organizações da ESS, a presença significativa de mulheres enquanto membros muitas vezes não se reflete em posições de liderança. Tais limitações dizem respeito a questões sociais mais amplas, como as concepções tradicionais de papéis de gênero; o acesso limitado à educação e formação, à terra e aos direitos de propriedade; e o controle sobre a renda e os bens das famílias.¹¹⁸ E à medida que crescem, o capital social ou os laços que ligam os membros da ESS em relações de confiança podem enfraquecer.

Além disso, as organizações da ESS operam frequentemente em situações de desigualdade face à iniciativa privada e com uma política e um ambiente legal inibidores. Conforme a ESS se expande, ela tende a interagir mais de perto com o Estado, os atores do setor privado e as forças do mercado. Embora essa expansão e essas conexões possam facilitar o acesso a recursos, mercados e tecnologias tão necessários, elas podem igualmente comprometer a autonomia da ESS, priorizar a eficiência em detrimento da equidade, e cultivar culturas institucionais e gerenciais que são mais hierárquicas e menos democráticas e inclusivas. Em suma, elas podem

desviar as organizações e os empreendimentos da ESS de alguns dos seus valores e objetivos fundamentais. Cisões recentes no seio do movimento do comércio justo apontam para as dificuldades de consolidação de um movimento coeso da ESS no contexto da integração nos mercados, em que os interesses e as prioridades dos pequenos produtores e dos acionistas de empresas agroalimentares podem divergir. Os governos estão apoiando de forma cada vez mais pró-ativa a ESS, mas poderá estar instrumentalizando este campo como uma ferramenta para a redução da pobreza, a geração de emprego e a subcontratação na prestação de serviços sociais, ao invés de ver a ESS como uma abordagem transformadora para o desenvolvimento, envolvendo padrões muito diferentes de produção, consumo e distribuição de renda e de excedentes, bem como diferentes relações sociais e no local de trabalho.¹¹⁹

Considerando estas preocupações e desafios, o que deveriam os governos estar fazendo? Uma série de implicações políticas importantes emerge a partir das perspectivas descritas neste documento. Em primeiro lugar, as tendências associadas à solidariedade e à cooperação ao nível das organizações da ESS precisam ser acompanhadas pela solidariedade e a redistribuição gerada através de políticas sociais, fiscais, de crédito, de investimento, industriais, de contratação pública, formação e outras, em diferentes níveis de governo. Sabe-se que os governos e as organizações internacionais de desenvolvimento podem fazer muito mais para criar o tipo de ambiente político favorável no qual o potencial da ESS pode ser realizado. Desde a virada do milênio, em particular, numerosas reformas jurídicas, políticas e institucionais foram adotadas em inúmeros países, ao nível federal, estadual e local. Estas incluem, por exemplo, reformas legais na França, Filipinas e Québec; a criação de ministérios ou departamentos relacionados com a ESS na Colômbia e no Luxemburgo; programas nacionais ou regionais de desenvolvimento que promovem a ESS em Kerala, Nicarágua, Coreia do Sul e Uganda; iniciativas do governo local para apoiar as organizações da ESS em Espanha e na Colômbia; programas setoriais (por exemplo, na área da saúde) na África Ocidental; e apoio político global no Brasil e no Equador. A aprendizagem entre países realizada através do diálogo político precisa acontecer para gerar e disseminar o conhecimento sobre as políticas conducentes à ESS e os contextos institucionais e políticos que facilitam a efetiva formulação e implementação de políticas. Isso ocorre, por exemplo, em várias formas de cooperação Sul-Sul na América Latina e em outros lugares. Há muito a ganhar com a aprendizagem e o diálogo intergovernamental e entre os múltiplos intervenientes relativamente a tais experiências.

Em segundo lugar, o dinamismo e a inovação associados à ESS decorrem em boa medida da sua autonomia relativamente aos Estados. Um ambiente político favorável também deve reforçar as condições para salvaguardar essa autonomia através de abordagens baseadas nos direitos que garantem, por exemplo, a liberdade de associação e de informação, bem como canais e fóruns para a participação efetiva dos

atores da ESS nos processos políticos. As inovações na governança participativa e a institucionalização de mecanismos para a construção conjunta eficaz de formulação, implementação e avaliação de políticas são fundamentais a este respeito.¹²⁰

Em terceiro lugar, a discussão sugere a necessidade de os formuladores de políticas refletirem sobre as recentes mudanças nas prioridades de desenvolvimento associadas ao empoderamento econômico e à proteção social. Mais especificamente, é importante evitar interpretações restritas e ampliar o foco (i) para além das capacidades do produtor ou empreendedor individual, abrangendo esses grupos, comunidades e coletividades; (ii) para além do desenvolvimento do setor privado centrado nas empresas que visam a maximização do lucro, com as suas tendências para externalizar os custos sociais e ambientais, abrangendo organizações e empreendimentos que fazem uma “mutualização dos lucros” ou têm “fins menos lucrativos” que equilibram os objetivos econômicos, sociais e ambientais; (iii) para além do enfoque na proteção social através de redes de segurança, abrangendo uma política social mais ampla e uma proteção social universal; e (iv) para além do empoderamento econômico, abrangendo o empoderamento político e a concretização dos direitos.¹²¹

Em quarto lugar, embora haja fortes argumentos sobre o potencial da ESS no desenvolvimento sustentável e baseado em direitos, a base de evidências sobre o desempenho e a sustentabilidade da ESS permanece extremamente pouco desenvolvida. Os formuladores de políticas podem apoiar a geração de (i) conhecimento baseado no mapeamento das diversas experiências de ESS em diferentes regiões, e (ii) uma melhor compreensão da natureza dos desafios que surgem das dinâmicas internas e das relações externas dos atores da ESS com os Estados, os agentes do mercado e as instituições. No contexto das discussões da ONU sobre os contornos da agenda de desenvolvimento pós-2015 e do Ano Internacional da Agricultura Familiar de 2014, os membros e observadores da Força-Tarefa de Interagências das Nações Unidas sobre a ESS destacam a necessidade de:

- ▶ melhorar o reconhecimento do papel dos empreendimentos e organizações da ESS no desenvolvimento sustentável;
- ▶ promover o conhecimento da ESS e consolidar as redes da ESS;
- ▶ apoiar o estabelecimento de um ambiente institucional e político favorável para a ESS; e
- ▶ assegurar a coordenação dos esforços internacionais e criar e reforçar parcerias.

A Força-Tarefa está pronta para facilitar o debate, a aprendizagem e o diálogo político sobre o papel da ESS nos percursos de desenvolvimento que promovem simultaneamente o dinamismo econômico, a proteção social e ambiental, e o empoderamento social e político.

Notas

- 1 Uma versão inicial deste documento foi preparada pelo UNRISD e posteriormente revisada com base nos vastos comentários e contribuições de outros membros e observadores da Força-Tarefa.
- 2 United Nations General Assembly. 2012. The Future We Want. UN Doc. No. A/RES/66/288. 27 de julho. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E
- 3 O conceito de Buen Vivir reconhece explicitamente o princípio de viver em harmonia não apenas com pessoas diferentes mas também com a Mãe Natureza.
- 4 Para exemplos concretos ver o Relatório "Iniciativas do EMB": <http://www.rencontres-montblanc.coop/en/page/mbm-initiatives-report>.
- 5 Noya, Antonella. 2011. The Changing Boundaries of Social Enterprises. Paris: OECD Publishing. OECD e European Commission. 2013. Policy Brief on Social Entrepreneurship: Entrepreneurial Activities in Europe. Luxembourg: Publication Office of the European Union.
- 6 United Nations. 2013. *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development*. Report of the High Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda. New York: United Nations. http://www.un.org/sglmanagement/pdf/HLP_P2015_Report.pdf
- 7 Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative (CIRIEC). 2012. The Social Economy in the European Union. Relatório preparado para o Comité Econômico e Social Europeu. http://www.ciriec.ulg.ac.be/fr/telechargements/RESEARCH_REPORTS/EESC_CIRIECReport2012_EN.pdf; Fonteneau, Bénédicte, Nancy Neamtan, Fredrick Wanyama, Leandro Pereira Morais, Mathieu de Poorter, e Carlo Borzaga. 2011. Social and Solidarity Economy: Our Common Road towards Decent Work. ILO Reader. In Support of the Social and Solidarity Economy Academy, 24-28 October 2011, Montreal, Canada. Turin: International Training Center of the ILO.
- 8 O trabalho decente é definido pela OIT como uma combinação de criação de emprego, garantia dos direitos no trabalho, extensão da proteção social e promoção do diálogo social.
- 9 Dacheux, E. & D. Goujon . 2012. 'The solidarity economy: an alternative development strategy?', International Social Science Journal, UNESCO, vol. 62, issue 203-204, pp. 205-215, March-June 2011.
- 10 ILO. 2013. Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture. Geneva: ILO.
- 11 Shehu, Erin and Björn Nilsson. 2014. "Informal Employment among Youth: Evidence From 20 School-To-Work Transitions Surveys". Work4Youth Publication Series No. 9. Geneva: ILO.
- 12 ILO. 2014. Transitioning from the Informal to the Formal Economy. Report V (1) e (2). 103ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. ILC.103/V.1.
- 13 Muradian, Roldan. Brevemente. "The Potential and Limits of Farmers' Marketing Groups as Catalysts of Rural Development." In Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe, edited by Peter Utting. London: Zed Books. Diop, Amadou, Isabelle Hillenkamp, and Jean-Michel Servet. 2007. "Poverty Versus Inequality." In Microfinance and Public Policy. Outreach, Performance and Efficiency, edited by Bernd Balkenhol. 27-46. New York: Palgrave MacMillan.
- 14 Hillenkamp, Isabelle, Frédéric Lapeyre and Andreia Lemaître. 2013. Securing Livelihoods: Informal Economy Practices and Institutions. Oxford: Oxford University Press.
- 15 Birchall, Johnston. 2011. "The Comparative Advantages of Member-owned Businesses." Review of Social Economy 70, no. 3: 263-294.
- 16 ILO. 2014. Op.cit.
- 17 Fonteneau et al. 2011. Op. cit.
- 18 OECD. 2013. Job Creation Through The Social Economy And Social Entrepreneurship. Paris: OECD.
- 19 van Zeeland, Angelique. 2013. "Challenges for Sustainability of SSE. The Interaction between Popular Economy, Social Movements and Public Policies - Case Study of the Global Alliance of Waste Pickers." Documento apresentado na conferência do UNRISD sobre o

- Potencial e os Limites da Economia Social e Solidária, Genebra, 6 a 8 de maio. Acessado em 20 de março. <http://www.unrisd.org/sse-draft-vanzeeland>.
- 20 UNAIDS. 2010. HIV-Sensitive Social Protection: What Does the Evidence Say. UNAIDS/10.15E Geneva: UNAIDS. Acessado em 20 de março. http://www.stopaidsnow.org/sites/stopaidsnow.org/files/SP_UNAIDS%20and%20Social%20Protection%20what%20does%20the%20evidence%20say.pdf.
 - 21 ICA. 2013. "Co-operative Facts and Figures". Acessado em 25 de março. <http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-facts-figures>; ICA. 2012. "90th ICA International Day of Co-operatives – 7th July 2012". Acessado em 25 de março. <http://ica.coop/en/media/news/90th-ica-international-day-co-operatives-7th-july-2012>.
 - 22 CIRIEC. 2012b. The Social Economy In The European Union. Report of the European Economic and Social Committee (EESC), N°. CESE/contract CES 18.106 – 2012. Acessado em 20 de maio. http://www.ciriec.ulg.ac.be/fr/telechargements/RESEARCH_REPORTS/EESC_-_CIRIEC_Report_2012__def__ENG.pdf
 - 23 OECD. 2014. Job Creation and Local Economic Development 2014. Paris: OECD Publishing.
 - 24 Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). 2013. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – Sies – Disponibiliza Nova Base de Dados. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.
 - 25 ILO and ICA. 2014. Cooperatives and the Sustainable Development Goals: A Contribution to the Post-2015 Development Debate. Geneva: ILO.
 - 26 Agarwal, Bina. 2010. *Gender and Green Governance: The Political Economy of Women's Presence Within and Beyond Community Forestry*. Oxford: Oxford University Press.
 - 27 Ostrom, Elinor. 2010. Governing a Commons from a Citizen's Perspective. Washington: Heinrich Böll Stiftung.
 - 28 UNEP. 2010. Green Economy. Developing Countries Success Stories. Geneva: UNEP.
 - 29 Hart, Keith, Jean-Louis Laville e Antonio David Cattani. 2010. *The Human Economy*. Cambridge: Polity Press; Lewis, Mike e Patrick Conaty. 2012. *The Resilience Imperative: Cooperative Transitions to a Steady-State Economy*. Philadelphia: New Society Publishers.
 - 30 Cumbers, Andrew. 2013. "Making Space for Economic Democracy: The Danish Wind Power Revolution." UNRISD Think Piece. Acessado em 20 de março. <http://www.unrisd.org/thinkpiece-cumbers>; NRECA (The National Rural Electric Cooperative Association). Co-op Facts and Figures. Acessado em 31 de março. <http://www.nreca.coop/about-electric-cooperatives/co-op-facts-figures>.
 - 31 Jackson, Tim. 2009. *Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet*. London: Earthscan.
 - 32 Millstone, Carina. Forthcoming. "Can Social and Solidarity Economy Organizations Complement or Replace Publicly Traded Companies?" In Utting. Op. cit.
 - 33 Agarwal, Bina. Forthcoming. "Demonstrating the Power of Numbers: Gender, Solidarity and Group Dynamics in Community Forestry Institutions." In Utting. Op. cit.
 - 34 Fecofun Hariyo Ban Program. Terms Of Reference. Status Survey of Biodiversity Conservation in Community Forest. Acessado em 28 de maio, 2014. <http://fecofun.org.np/1.pdf>
 - 35 Bastos Lima, Mairon. 2012. An Institutional Analysis of Biofuel Policies and their Social Implications: Lessons from Brazil, India and Indonesia. Occasional Paper No. 9. UNRISD/FES: Geneva
 - 36 Fairtrade International. 2013. Unlocking the Power. Annual Report 2012-2013. Bonn: Fairtrade International. http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/resources/2012-13_AnnualReport_FairtradeIntl_web.pdf.
 - 37 Canadian Co-operative Association. 2011. Cooperatives Helping Fuel A Green Economy. A Report On Co-Ops In Canada's Renewable Energy Sector. Ottawa: Canadian Cooperative Association. Acessado em 20 de maio. http://www.coopscanada.coop/assets/firefly/files/files/Rpt_on_Renewable_Energy_Coops_FINAL_final_2.pdf.

- 38 ILO Cooperatives Unit e Green Jobs Programme. Providing clean energy and energy access through cooperatives. Acessado em 20 de maio. Geneva: ILO. <http://www.uwcc.wisc.edu/pdf/Providing%20clean%20energy%20through%20cooperatives.pdf>.
- 39 Cumbers, Andrew. 2013. Op. cit..
- 40 Coop. 2014. "Coop branschledande på hållbarhet". Última modificação em 20 de abril. <http://s.coop/1ualc>.
- 41 Fonteneau et al. 2011. Op. cit.
- 42 Schwettman, Jürgen. 2006. The Social/Solidarity Economy. Versão preliminar para discussão preparada para o ILO COOP. Mimeo; II World Forum of Local Economic Development. 2013. The Foz de Iguazú Declaration. II World Forum Of Local Economic Development: "Dialogue between territories: new insights on Local Economic Development" Última modificação em 6 de novembro de 2013. <http://www.foromundialdel.org/declaracion-de-foz-de-iguazu/?lang=en>
- 43 IFAD. 2010. Rural Poverty Report 2011. New Realities, New Challenges : New Opportunities for Tomorrow's Generation. Rome: IFAD
- 44 Fonteneau et al. 2011. Op. cit.
- 45 Greffe, Xavier. 2007. "The Role of the Social Economy in Local Development" in The Social Economy, Building Inclusive Economies edited by Antonella Noya and Emma Clarence, 93-119. Paris: OECD.
- 46 Birchall, Johnston. 2013. Resilience in a downturn – the power of financial cooperatives. Geneva: ILO.
- 47 Bateman, Milford. Forthcoming. "Rebuilding Solidarity-Driven Economies after Neoliberalism: The Role of Cooperatives and Local Developmental States in Latin America." In Utting. Op. cit.; Lewis, Michael e Pat Conaty. 2012. Op. Cit.
- 48 Giagnocavo, Cynthia, David Uclés Aguilera e Luis Fernández-Revuelta Pérez. 2012. "The Case for Proactive Cooperative Banks in Local Development: Innovation, Growth, And Community Building in Almería, Spain." In Financial Cooperatives and Local Development, edited by Silvio Goglio and Yiorgos Alexopoulos. London: Routledge.
- 49 Mendell, Marguerite, Bernard Enjolras e Antonella Noya. 2010. L'économie sociale au service de l'inclusion au niveau local : Rapport sur deux régions de France : Alsace et Provence – Alpes – Côte d'Azur. OECD Local Economic and Employment Development (LEED), working papers, 2010/2014. Paris: OECD publishing.
- Acessado em 20 de maio. <http://dx.doi.org/10.1787/5kg0nvhwgpb-en>.
- 50 Insitut de la Citoyenneté. 2013. "La franchise sociale 'Vie décente pour tous'". Acessado em 20 de maio. <http://www.emploi.nat.tn/upload/docs/IdcC-FranchiseSociale.pdf>.
- 51 Rey de Marulanda, Nohra e Francisco B. Tancredi. 2010. From Social Innovation to Public Policy. Success Stories in Latin America and the Caribbean. ECLAC Project Document LC/W.351. Santiago de Chile: ECLAC. Acessado em 20 de maio. <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/41593/social-innovation-public-policy-2010.pdf>.
- 52 UN-Habitat. 2012-2013. State Of The World's Cities 2012/2013. Prosperity of Cities. Nairobi: UN-Habitat.
- 53 UN- DESA. 2013. World Economic and Social Survey. Sustainable Development Challenges. UN Doc. No. E/2013/50/Rev. 1.
- 54 FAO 2014. Growing Greener Cities in Latin America and the Caribbean. An FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region. Rome: FAO. <http://www.fao.org/3/a-i3696e.pdf>.
- 55 IFAD. Nd. "Leveraging the rural-urban nexus for development". IFAD Post-2015 Policy Brief No. 1. Acessado em 20 de maio. <http://www.ifad.org/pub/post2015/english/1.pdf>.
- 56 Joseph, Jaime. 2004. "Sustainable Development and Democracy in Megacities. " In From Unsustainable to Inclusive Cities, edited by David Westendorff, 145-169. Geneva: UNRISD.
- 57 Peter Evans. 2002. "Introduction. Looking for Agents of Urban Livability in a Globalized Political Economy." In Livable Cities? Urban Struggles for Livelihoods and Sustainability, 1-30. Berkeley: University of California Press.
- 58 Satterthwaite, David e Diana Mitlin. 2013. "Inequalities Within the Urban Half of the World." In Reducing Inequalities. A Sustainable Development Challenge, edited by Rémi Genevey, Rajendra K. Pachauri and Laurence Tubiana, 139-173. New Delhi: Teri Press.
- 59 Agyeman, Julian. Introducing Just Sustainabilities. Policy, Planning, and Practice. London: Zed Books. Grasseni, Cristina, Forno, Francesca, e Signori, Silvana. Brevemente. "Beyond Alternative Food Networks: Insights from Italy's Solidarity Purchase Groups and United States Community Economies". In Utting. Op. cit.. Lewis, Michael e Pat Conaty. 2012. Op. Cit.

- 60 Satterthwaite, David and Diana Mitlin. 2013. Op. cit.
- 61 UN-Habitat. 2012-2013. Op. cit.; UNEP. 2011. Towards a Green Economy. Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. Geneva: UNEP.
- 62 Merritt, Amy e Tristan Stubbs. 2012. "Incentives to Promote Green Citizenship in UK Transition Towns." Development. Volume 55. No. 1. March. pp. 96-103
- 63 Lewis, Michael e Pat Conaty. 2012. Op. Cit.
- 64 ICA. Nd. "Clean Water, Cooperative principles." Acessado em 20 de maio. <http://ica.coop/en/media/co-operative-stories/clean-water-cooperative-principles>.
- 65 Ofreneo, Rosalinda. 2009. "Solidarity Initiatives from the Ground Up: Learning from the Homebased Workers of Southeast Asia." First Asia-Pacific Regional Conference on Community Development as a Discipline and as a Profession – Renewing Committed Service for Social Transformation. Manila: University of the Philippines; Wanderley, Fernanda. 2009. Crecimiento, Empleo y Bienestar Social ¿Por Qué Bolivia Es Tan Desigual? editado por CIDESUMSA. La Paz: Plural.
- 66 Guérin, Isabelle, Madeleine Hersent and Laurent Fraisse. 2011. Femmes, Economie et Développement, de la Résistance à la Justice Sociale. Paris: Erès.
- 67 Agarwal, Bina. Brevemente. Op. cit.
- 68 Wanyama, Fredrick. Brevemente. The Contribution of Cooperatives to Sustainable Development. Geneva: ILO.
- 69 Majurin, Eva. 2012. How Women Fare in East African Cooperatives: the Case of Kenya, Tanzania and Uganda. Dar es Salaam: ILO.
- 70 Hillenkamp, Isabelle, Isabelle Guérin and Christine Verschuur. 2014. "Economie solidaire et théories féministes : pistes pour une convergence nécessaire." Review of Solidarity Economy / Revue d'économie solidaire 7
- 71 Coop. 2014. Op. cit.
- 72 Homenet. 2014. "Network of Homebased Workers in South Asia." Acessado em 21 de março. <http://www.homenetsouthasia.net/>.
- 73 Mukherjee-Reed, Ananya. 2013. "Taking Solidarity Seriously: Analyzing Kerala's Kudumbashree as a Women's Social and Solidarity Economy Experiment." In Utting. Op. cit.
- 74 WIEGO, 'Events Help Sewa Celebrate 40 Years.' Acessado em 28 de maio. <http://wiego.org/wiego/events-help-sewa-celebrate-40-years>
- 75 Wanyama, Fredrick. Brevemente. Op. cit.
- 76 Mendell, Marguerite et al. 2010. Improving Social Inclusion at the Local Level Through the Social Economy: Report for Korea. OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Working Papers, 2010/15. Paris: OECD. <http://dx.doi.org/10.1787/5kg0nvg4bl38-en>
- 77 FAO. 2009. How to Feed the World in 2050. Rome: FAO.
- 78 Ver UNCTAD. 2013. "Wake up before it is too late. Make agriculture truly sustainable now for food security and changing climate." Trade and Environment Review 2013. Geneva: United Nations.
- 79 IFAD. 2010. Op. cit.
- 80 Wanyama, Fredrick. Brevemente. Op. cit.
- 81 Agarwal, Bina. 2010. Op. cit.
- 82 Mendell, Marguerite. 2003. "The social economy in Quebec". Documento apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 outubro. Acessado em 20 abril. <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047506.pdf>.
- 83 Grasseni, Cristina, et.al. Forthcoming. Op. cit.; Agyeman, Julian. 2013. Op. cit.
- 84 La Via Campesina. "The International Peasant's Voice". Última modificação em 19 fevereiro , 2011. <http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>.
- 85 Lemma, Teigist. 2007. Growth Without Structures: The Cooperative Movement in Ethiopia. Geneva: ILO/World Bank Institute.
- 86 Aal, Mohamed H. A. 2008. "The Egyptian Cooperative Movement: Between State and Market", in Cooperating out of Poverty: The Renaissance of the African Cooperative Movement, editado por Patrick Develtere, Ignace Pollet e Fredrick. Wanyama. Geneva: ILO.
- 87 Amul. N.d. "Organisation". Acessado em 31 de março. <http://www.amul.com/m/organisation>.
- 88 Rey de Marulanda, Nohra e Francisco B. Tancredi. 2010. Op. cit.

- 89 El 19 Digital, 8 de março de 2014: <http://www.el19digital.com/index.php/discursos/ver/16947/rosario-en-multinoticias-8-de-marzo-de-2014>
- 90 WHO. 2008. Closing the Gap in a Generation: Health Equity Through Action on the Social Determinants of Health. Final Report of the Commission on Social Determinants of Health. Geneva : WHO.
- 91 Robertson, Andrew. 2012. The Global Health Social Enterprise: An Emerging Approach to Global Health Research and Development. Report of the Center for Global Health Research and Development Policy Assessment. Washington: Results for Development Institute.
- 92 Drayton, William, Charlie Brown and Karin Hillhous. 2006. "Integrating social entrepreneurs into the 'health for all' Formula". Bulletin of the World Health Organization 84 (8): 591-592.
- 93 Fonteneau et al. 2011. Op. cit.
- 94 Estes projetos fazem parte do programa da OIT sobre HIV-AIDS e empoderamento econômico que estão em curso na África do Sul, Zimbabuê, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Tanzânia.
- 95 Lo Iacono, Sandrine e Emma Allen. 2011. The Cooperative Model for the Delivery of Home Based Care services for People living with HIV. COOPAFRICA Working Paper No. 19. Dar es Salaam: ILO. Keregero, K.J.B. e Emma Allen. 2011. Positive Living with HIV in the Swazi Social Economy 2011. COOPAFRICA Working Paper No. 11 with ILO/AIDS. Dar es Salaam: ILO.
- 96 Birchall, Johnston. 2004. Cooperatives and the Millennium Development Goals. Geneva: ILO.
- 97 Fonteneau et al. 2011. Op. cit.
- 98 Laville, Jean-Louis, e Marthe Nyssens. 2000. «Solidarity-Based Third Sector Organizations in the 'Proximity Services' Field: A European Francophone Perspective". Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations 11, no. 1.
- 99 Robertson, Andrew. 2012. Op. cit.
- 100 Fonteneau et al. 2011. Op. cit.
- 101 CIRIEC. 2012b. Op. cit.
- 102 Oemichen, William. 2011. "Healthcare Cooperatives and Consumer-Governed Health Care", Documento apresentado na Conferência 'Consumer-Owned Private Health Insurance Plans', 26 de abril.
- 103 Bavoso, Kenny. 2013. "What will happen to Cooperative Healthcare now that Congress has Cut Funding?" Cooperation in Action. Acessado em 20 de março. <http://www.coop.org/what-will-happen-to-cooperative-healthcare-now-that-the-congress-has-cut-funding>.
- 104 MacKay, Lee. 2007. "Health Cooperatives in BC: the Unmet Potential", British Columbia Medical Journal, Vol. 49, No. 3, pp. 139-142.
- 105 Birchall, Johnston. 2004. Op. cit.
- 106 Schwettman, Jürgen. 2006. Op. cit.
- 107 ILO. 2007. Cooperatives and Rural Employment, Fact Sheet. Geneva: ILO.
- 108 UNAIDS. 2011. "Dairy cooperative in Tanzania is helping rural women to help themselves". Feature Story. Acessado em 14 de março. <http://www.unaids.org/en/resources/presscentre/featurestories/2011/april/20110411ilo>.
- 109 Schwettman, Jürgen. 2006. Op. cit.
- 110 Esim, Simel. 2013. «In These Times of Crisis Can Cooperatives Come to the Rescue?» UNRISD Think Piece. 2013. <http://www.unrisd.org/thinkpiece-esim>.
- 111 Balkenhol, Bernd, e E.H. Gueye. 1994. "Tontines and the Banking System – is there a Case for Building Linkages?" ILO. Acessado em 20 de março. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/publication/wcms_118281.pdf. Ardener, Sharley. 2010. "Microcredit, Money Transfers, Women, and the Cameroon Diaspora." Afrika Focus 23(2): 11-24.
- 112 Servet, Jean-Michel. 2013. "Monnaie Complémentaire versus Microcrédit Solidaire et Tontines. Contribution Comparée à un Développement Solidaire Local." Documento apresentado na conferência do UNRISD sobre o Potencial e os Limites da Economia Social e Solidária, Genebra, 6 a 8 de maio. Acessado em 20 de março. <http://www.unrisd.org/sse-draft-servet>.
- 113 Uniterra. N.d. "Mutuelle d'épargne et de credit des pêcheurs artisans de Guinée (MECREPAG)." Acessado em 3 de junho. <http://www.uniterra.ca/who-are-we/partners-profiles/mutuelle-d-epargne-et-de-credit-des-pecheurs-artisans-de-guinee-mecrepag-en-CA>.
- 114 Wanyama, Fredrick. Brevemente. Op. cit.
- 115 Meyer, Camille and Leonardo Leal. 2013. "Community Development Banks: Enabling Access to Finance for Poor Communities." UNRISD Think Piece. Acessado em 20 de novembro. <http://www.unrisd.org/thinkpiece-meyer>.

- 116 UN-DESA, Division for Sustainable Development. 2014. "Working Document for 5–9 May Session of Open Working Group". Acessado em 20 de maio. <http://sustainabledevelopment.un.org/focussdgs.html>.
- 117 Utting, Peter, Nadine van Dijk and Marie-Adélaïde Matheï. 2014. Social and Solidarity Economy: Is there a new economy in the making? Ocasional Paper. Geneva: UNRISD.
- 118 Majurin, Eva. 2012. Op. cit.
- 119 Coraggio, José Luis. Brevemente. "Institutionalizing the Social and Solidarity Economy in Latin America" In Utting. Op. cit.
- 120 Mendell, Marguerite, e Alain Béatrice. Brevemente. "Enabling the Social and Solidarity Economy through the Co-construction of Public Policy." In Utting. Op. cit.
- 121 Utting, Peter. Brevemente. Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe. London: Zed Books.

